

## Quem disse ?

«A saúde é um negócio muito poderoso para muita gente»

**Manuela Arcanjo**  
Diário de Notícias  
18 de Abril



## Alhandra

### Guterres apresenta Moção

O secretário-geral do PS participou na quarta-feira em Alhandra, Vila Franca de Xira, num debate com os militantes da FAUL para apresentação da sua Moção ao próximo Congresso Nacional. Acompanhado de Edite Estrela, presidente da Federação da Área Urbana de Lisboa (FAUL), e de Maria da Luz Rosinha, António Guterres manifestou a vontade de que o próximo Congresso fosse virado para as questões do futuro, repetindo a tese da necessidade de renovação e rejuvenescimento dos órgãos dirigentes do partido. Perante uma plateia de cerca de quinhentos militantes, Guterres definiu como prioridade o combate «às resistências às reformas». Referindo-se à Reforma Fiscal advertiu «ter consciência que essas resistências serão muitas». Para o secretário-geral, o Governo teve a coragem para avançar com a Reforma Fiscal enfrentando o sector minoritário dos «grandes interesses», adiando que esse sector «tem movido o céu e a terra contra o Governo e o PS por causa da Reforma Fiscal» e por passarem a pagar impostos. «Todos sabemos qual é o poder do dinheiro, mas só havia dois caminhos: ou o Governo tinha medo e recuava, ou tinha coragem para avançar e seguir o caminho que é justo», salientou. Salientando que a reforma é uma questão de justiça Guterres, recordou que as pessoas estão e estiveram sempre em primeiro lugar. Dirigindo-se directamente aos trabalhadores por conta de outrem, Guterres exortou-os a pegarem nos seus recibos de vencimento do mês de Março e compararem-nos com os do passado mês de Dezembro. «Os trabalhadores por conta de outrem verificarão que descontaram em Março uma percentagem mais pequena do seu salário em termos de IRS», observou, antes de salientar que, com a Reforma Fiscal, 1,6 milhões de portugueses se encontram isentos do pagamento de IRS.

## Debate parlamentar

# Temos uma política de saúde para a legislatura



A Lei de Bases da Saúde está pronta e vai seguir para audição dos parceiros sociais na próxima semana, anunciou a ministra da Saúde, Manuela Arcanjo no final do debate parlamentar de quarta-feira.

Na interpeleção ao governo sobre política de saúde, agendada pelo PSD, Manuela Arcanjo recordou as medidas já tomadas pela sua equipa ministerial, salientando «a melhoria das acessibilidades», mais uma vez em relação ao Programa de Promoção do Acesso (PPA). Para o primeiro-ministro, António Guterres que assistiu à primeira parte da interpeleção do PSD ao Governo, a resolução dos problemas da saúde é complexa mas o Governo tem uma estratégia para os solucionar, ao contrário da oposição.

## Sociedade & País

### Informatização da justiça Ajuda on-line



O ministro António Costa afirmou, no dia 16, respondendo *on line* às questões que lhe foram colocadas, que o novo Portal do Ministério da Justiça, em <http://www.mj.gov.pt>, vai «ajudar a justiça a aproximar-se das pessoas». No diálogo, garantiu que os tribunais estarão informatizados em Dezembro de 2001 e os registos e notariados em Dezembro de 2002.

## PS em Movimento

### Federações exigem Pacote de descentralização



Os presidentes das federações distritais do PS decidiram no dia 18 exigir ao Governo e ao Grupo Parlamentar socialista a rápida concretização do pacote de descentralização e desconcentração de poderes. Esta foi a principal conclusão de uma reunião que juntou a direcção do PS, representada por Jorge Coelho, Armando Vara, António Galamba e Fausto Correia, e os presidentes de federações socialistas.



## A Reforma Fiscal é um símbolo de justiça

António Guterres, nas suas intervenções públicas de apresentação da sua Moção de Estratégia Global «PS – uma aposta de futuro», tem vindo a salientar a importância e a necessidade de imprimir na nossa sociedade um espírito reformista baseado na definição de objectivos ambiciosos de emancipação, de justiça e de solidariedade.

Um exemplo mais recente desta estratégia reformista é precisamente a reforma fiscal, de importância decisiva para a nossa vida futura. Contudo esta estratégia reformista tem-se confrontado com a resistência do sector minoritário dos «grandes interesses».

O mesmo sector que «tem movido o céu e a terra contra o Governo e o PS por causa da reforma fiscal» e por passarem a pagar impostos – é o poder do grande dinheiro contra a melhoria de vida dos portugueses, sobretudo dos que mais pagam impostos.

Mas foi precisamente a pensar, exactamente, na melhoria de vida dos portugueses, dos trabalhadores por conta de outrem, das classes médias, das empresas cumpridoras que o Governo aprovou, no último Natal, a reforma fiscal.

Esta Reforma Fiscal é um símbolo de justiça e de solidariedade, com a maior redução dos impostos sobre o rendimento (para quem realmente paga os seus impostos) desde o 25 de Abril.

Mas para isso ser possível há agora novas regras. Com estas novas regras, muita gente que tem vindo a fugir às suas obrigações fiscais não poderá continuar a fazê-lo e terá mesmo de pagar os seus impostos.

Assumindo a coragem para mudar e a responsabilidade pela mudança, o Governo tem afrontado, sempre que necessário, a lógica dos «lobbies» e dos interesses. Os governos socialistas têm tido a capacidade de enfrentar questões, de não as esconder e de apresentar as medidas necessárias para corrigir injustiças, mesmo que essas injustiças durem há décadas; nunca é tarde para as corrigir.

O PS há muito que considera prioritária a reforma fiscal em ligação estreita com a consolidação das finanças públicas – de modo a que a despesa e a receita pública constituam factores de equidade e eficiência.

Este desígnio tem vindo a ser concretizado através do combate à fraude e à evasão, reduzindo a carga fiscal para os trabalhadores por conta de outrem, as classes médias e as empresas cumpridoras, reforçando as garantias dos cidadãos e adequando a tributação do rendimento das pessoas singulares e colectivas a critérios de eficiência e de justiça. Do que se trata, efectivamente, é de reforçar os critérios de rigor, de racionalidade e de confiança.



## VAMOS VENCER A CRISE E SALVAR PORTUGAL

Esta edição do «Acção Socialista» dava grande destaque à festa comemorativa do 10º aniversário do Partido Socialista, realizada no Coliseu dos Recreios.

«Uma noite de festa, de juventude, de intensa emoção, um grande espectáculo de fraternidade, em que, de novo, esteve em evidência o *rostro humano* do Socialismo Democrático». Era assim descrita a festa que encheu por completo o Coliseu para ouvir as intervenções de Tito de Morais e de Mário Soares.

«Recebido com prolongados aplausos, Tito de Morais, um dos fundadores do PS, falou dos 10 anos do Partido» aproveitando para evocar a memória de outros fundadores e fazer um destaque dos 10 principais momentos da vida do PS.

Mário Soares encerrou este dia de festa socialista afirmando - «tenhamos confiança no futuro, no bom senso e no patriotismo do Povo português. Juntos vamos conseguir. Viva o PS! Viva Portugal!»

21 de Abril

Quem disse

«O que precisamos é que todos os que forem solicitados dêem um passo à frente para servir o seu país e o Partido Socialista»

**Mário Soares**, durante a campanha eleitoral no Buçaco



## Negócio Estrangeiros Presidência portuguesa da UE em revista

Jaime Gama evocou recentemente a presidência portuguesa da União Europeia (UE) no primeiro semestre de 2000 ao apresentar a súmula dos trabalhos então desenvolvidos, com chancela do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Numa cerimónia realizada, a 4 de Abril, nos salões do Protocolo de Estado do Palácio das Necessidades, muito concorrida nomeadamente por diplomatas portugueses e estrangeiros, Gama lançou também o primeiro número da revista «Negócios Estrangeiros».

O governante classificou de «feliz» a divulgação simultânea das duas publicações, das quais a votada à presidência da UE, com mais de 500

páginas, classificou de «importante» para a história da diplomacia nacional.

No caso da revista, lembrou que renova intenções anteriores do Palácio das Necessidades, agora «testemunhando o papel dos diplomatas portugueses e de muitos interessados na discussão dos grandes temas da política externa».

Jaime Gama acentuou a «plena liberdade editorial» que preside a esta publicação do Instituto Diplomático e a colaboração de muitos jovens diplomatas lusos, representados de modo «heterodoxo».

«A revista é um grande espaço de debate e espero que, juntamente com outras, com as quais compete, constitua um estímulo para o relacionamento dos portugueses no mundo», disse.

## Internet

### Estado compra on-line

O Governo socialista disponibilizou para consulta pública na Internet, em [www.mct.pt](http://www.mct.pt), o relatório sobre aquisição de bens por via electrónica pela administração pública.

Até ao dia 8 de Maio, os interessados poderão avaliar *on line* as opções do governo sobre a aquisição de bens por via electrónica, com base num relatório elaborado por um grupo de trabalho presidido por João Caupers.

Os objectivos desta iniciativa são, segundo um comunicado do Ministério da Ciência e da Tecnologia, «generalizar a compra electrónica de bens e serviços da Administração Pública, de forma a desburocratizar, racionalizar e maximizar a publicitação de concursos e adjudicações».

Estes objectivos já tinham sido enunciados antes (na Resolução de Conselho de

Ministros 143/2000 ou no Plano de Acção da Iniciativa Internet), sublinhando-se que a aquisição de bens e serviços por via electrónica permitiria ao Estado reduzir custos, racionalizar meios e diminuir a burocracia.

Segundo o comunicado, são várias as opções que se colocam para concretizar esta «revolução digital», a começar pela escolha da plataforma tecnológica.

De acordo com o relatório, a plataforma deverá ter um carácter aberto, assegurar a manutenção de um cadastro dos fornecedores do Estado e incentivar o uso de catálogos electrónicos, garantindo a possibilidade de comparar e escolher a melhor oferta.

Quanto à gestão do sistema de aquisição electrónica, o relatório analisa três modelos: público, privado ou uma parceria entre ambos.

## Moçambique

### Portugal disponível para conferência doadores

O secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação português, Luís Amado, assegurou, no dia 18, em Maputo, que Portugal está disponível para participar na nova conferência de doadores que o governo moçambicano tenciona realizar em Maio.

«Seguramente iremos acompanhar a conferência de doadores», disse à Luís Amado que tornava assim pública a primeira posição a nível da comunidade internacional para ajudar Moçambique nos trabalhos de reconstrução e reabilitação das zonas afectadas pelas cheias deste ano.

A realização de uma nova conferência de doadores, à semelhança da efectuada o ano passado, em Roma, foi anunciada na semana passada pelo Conselho Coordena-

dor de Gestão de Calamidades, um órgão do Instituto Nacional de Calamidades de Moçambique que coordena a ajuda humanitária às vítimas das cheias.

Nas suas declarações, Luís Amado realçou que «Portugal, sempre que está em causa Moçambique, tem acompanhado as posições da comunidade internacional», mas salientou ser necessário conhecer as solicitações do governo moçambicano para avaliar as disponibilidades.

«Temos neste momento algumas limitações decorrentes da forte intervenção que estamos a fazer em Timor-Leste, a que acresce a disponibilização dos 18 milhões de dólares que agora vamos formalizar. Mas, seguramente, vamos acompanhar a conferência» sublinhou o governante português.

## TEMOS UMA POLÍTICA DE SAÚDE PARA A LEGISLATURA

**A Lei de Bases da Saúde está pronta e vai seguir para audição dos parceiros sociais na próxima semana, anunciou a ministra da Saúde, Manuela Arcanjo no final do debate parlamentar de quarta-feira. Na interpeção ao governo sobre política de saúde, agendada pelo PSD, Manuela Arcanjo recordou as medidas já tomadas pela sua equipa ministerial, salientando «a melhoria das acessibilidades», mais uma vez em relação ao Programa de Promoção do Acesso (PPA).**

**Para o primeiro-ministro, António Guterres que assistiu à primeira parte da interpeção do PSD ao Governo, a resolução dos problemas da saúde é complexa mas o Governo tem uma estratégia para os solucionar, ao contrário da oposição.**

O primeiro-ministro, António Guterres e a ministra da Saúde, Manuela Arcanjo estiveram quarta-feira no parlamento para discutir a política seguida pelo governo no sector. A interpeção ao governo resultou de uma iniciativa do PSD, tendo o presidente do partido, Durão Barroso provado, mais uma vez, a ausência de estratégia e de alternativa à política do Governo.

Reconhecendo um «maior investimento» no sector, Barroso tentou centrar as acusações no primeiro-ministro, numa tentativa de o associar, sem êxito, ao debate.

Já António Guterres que assistiu, como é hábito nas interpeções da oposição se dirigem a matérias específicas de cada ministério, à primeira parte do debate afirmou que a resolução dos problemas da saúde é complexa e garantiu que o Governo tem uma estratégia para os solucionar, ao contrário da oposição que não apresenta quaisquer propostas credíveis para a saúde.

Para exemplificar a complexidade dos problemas do sector, Guterres invocou os seis anos que um médico leva para se formar. «Estes problemas não se resolvem de um dia para o outro é preciso uma estratégia e a nossa ministra da saúde tem essa estratégia», afirmou, referindo-se directamente a Manuela Arcanjo.

Ao longo de quatro horas, Manuela Arcanjo ouviu as críticas dos deputados da oposição e, segundo disse, as manifestações de apoio dos socialistas.

Apesar das críticas da oposição, a ministra da Saúde pode contar sempre com o apoio da bancada socialista. Para o deputado João Sobral: «A bancada assume a política do governo e não tem qualquer dúvida». Na sua intervenção de vinte minutos,



Manuela Arcanjo apresentou provas do cumprimento do programa do governo e criticou os «demagogos» e os «interesses de grupos que minam o Serviço Nacional de Saúde (SNS) que dizem defender».

Ao longo da sua intervenção Manuela Arcanjo recordou as medidas já tomadas pela sua equipa ministerial, salientando «a melhoria das acessibilidades», mais uma vez em relação ao Programa de Promoção do Acesso (PPA).

«No âmbito da melhoria do acesso, foi aperfeiçoado e dinamizado o programa de promoção do acesso e foi lançado o plano integrado de combate às listas de espera em cirurgia, que permitiram, com o esforço dos profissionais envolvidos, obter resultados jamais alcançados», salientou.

O reforço do programa de cuidados continuados e de apoio domiciliário, a expansão do sistema de telemarcação de consultas entre centros de saúde e hospitais e o desenvolvimento do programa de telemedicina foram outras apostas do executivo socialista que Manuela Arcanjo reiterou no Parlamento. Entre os exemplos apontados pela ministra, contou-se «a aposta em áreas estratégicas e que impõem novas formas integradas de actuação política, como é o caso da nova política do medicamento que tem vindo a constituir uma importante componente da reforma da saúde».

A titular da pasta da saúde assegurou: «Temos uma política de saúde para a legislatura» e «a necessária reforma da

saúde está a dar os seus passos».

A ministra continuou, depois, a enumerar as medidas assumidas por esta equipa, concluindo que «a defesa do SNS e a sua reforma são, aparentemente comuns nos discursos de todos «embora os seus conteúdos sejam divergentes».

Garantindo que «o Estado continuará a ser a entidade reguladora, principal prestador e principal financiador», Manuela Arcanjo reconheceu, no entanto, que «o trabalho desenvolvido até agora não resolveu todos os problemas» e que os recursos humanos são um dos principais problemas do serviço de saúde.

### Recursos humanos

A ministra da Saúde, Manuela Arcanjo, admitiu que o Estado pagou, no ano 2000, mais de 120 milhões de contos de trabalho extraordinário, o que demonstra falta de organização no Serviço Nacional de Saúde (SNS).

«Sabe quanto é que se pagou em 2000 em trabalho extraordinário? Mais de 120 milhões de contos, o que corresponde a 123,4 por cento do total das remunerações», disse Manuela Arcanjo numa entrevista publicada na quarta-feira no Diário de Notícias e que acabou por caracterizar o debate parlamentar dessa mesma tarde.

A formação de profissionais de saúde e a gestão dos recursos humanos preconizada pelo governo foi a matéria que abriu

realmente o debate sobre Saúde, caracterizado até então por questões mais político-partidárias.

Ao revelar estes números, a ministra da Saúde considera que um dos principais problemas do SNS é «a organização ou falta dela e os recursos humanos».

### PSD tem dois pesos e duas medidas

Para o coordenador da área da Saúde do Grupo Parlamentar do Partido Socialista «deram-se passos essenciais», sobretudo em medidas de gestão e organização dos serviços, e acusa o PSD de ter dois pesos e duas medidas.

«A Região Autónoma da Madeira tem uma dívida às farmácias superior a nove milhões de contos, com prazos de pagamento de 24 meses, enquanto no continente estão em oito. Ou há dois PSD's ou então, como se revê o PSD nacional no da Madeira?», questiona.

Relativamente às questões de descontrolo orçamental com que habitualmente confrontam a ministra da Saúde, Manuela Arcanjo relembra o facto de em 2000 a Saúde não ter beneficiado de nenhum orçamento rectificativo ou reforço orçamental - pelo que «esse ano não pode ser comparado com anos anteriores» -, e afirma mesmo que a «despesa (do SNS) está em desaceleração».

Argumentando que «em Saúde não se fazem revoluções», a titular da pasta avança ainda que o Ministério concluiu já uma Lei de Bases da Saúde, que deverá ser presente à Assembleia até Junho.

### Lei de Bases da Saúde

A Lei de Bases da Saúde está pronta e vai seguir para audição dos parceiros sociais na próxima semana, anunciou a ministra Manuela Arcanjo.

Conforme revelou, a Lei de Bases da Saúde vai contemplar «os princípios fundamentais que regem o Serviço Nacional de Saúde (SNS)».

Estes princípios vão definir o Estado como regulador do SNS e com funções de seu prestador e financiador.

O documento vai apresentar os sectores privado e social como «complementares» do SNS, sendo que a concorrência entre sector público e privado «não é aceitável» para esta equipa ministerial, segundo Manuela Arcanjo.

Será, pois, num regime de «complementaridade» que funcionará o SNS e estes sectores (privado e social).

Manuela Arcanjo esclareceu que não vai impor aos médicos um regime de exclusividade e que esta Lei de Bases da Saúde é «muito diferente» da elaborada, mas nunca concluída, pela anterior equipa liderada por Maria de Belém Roseira.

AGRICULTURA

**Imposto sobre consumo do vinho está fora de questão**

Não está «em cima da mesa» em Bruxelas qualquer proposta acerca de um imposto sobre o consumo do vinho, nem tal surgirá durante a presidência sueca, garantiu, no dia 17, o ministro da Agricultura no fim de uma reunião com a Confagri.

Capoulas Santos reiterou ainda que se tal proposta fosse apresentada o Governo português opor-se-ia, por afectar um sector que o ministro considera «o menino de ouro» da agricultura nacional. A Confederação Nacional de Cooperativas Agrícolas (Confagri) apresentou vários problemas ao ministro relacionados com a política vitivinícola do Governo, nomeadamente o diferencial de preços pagos pela destilação de crise (em vigor) e a obrigatória, que o Executivo prometeu cobrir. Capoulas Santos garantiu à Confederação que proporá em Conselho de Ministros que esse diferencial saia do Orçamento de Estado. As quotas da gestão e distribuição do leite foi outro dos temas discutidos na reunião pedida pela Confagri, que considera penalizadoras as regras para as cooperativas, representativas cerca de 80 por cento do leite produzido em Portugal. O ministro admitiu rever a portaria que regulamenta esta matéria, no sentido de fixar quotas por região.



DEFESA

**Submarinos novos com sistema de propulsão independente**

O ministro da Defesa afirmou, no dia 17, que os novos submarinos a adquirir para a Armada deverão ser equipados à partida com o sistema de propulsão independente AIP. Castro Caldas, que falava no final da cerimónia de posse do novo director do Instituto de Defesa Nacional (IDN), general Garcia Leandro, disse que aquela opção – pessoal, porque a decisão passa pelo Parlamento – é a mais «acertada».

O custo dessa opção, que aumenta o tempo de imersão dos submarinos, corresponde a cerca de 12 por cento sobre o valor total do programa, que deverá rondar os 200 milhões contos (a que acrescerão os juros a pagar em função da modalidade de financiamento escolhida).

«Não faz sentido, pelo acréscimo de custos e pelas diferenças tecnológicas, comprar os submarinos sem o sistema de propulsão AIP ou preparados para o instalar em data posterior», defendeu o ministro da Defesa. Castro Caldas enalteceu depois o relatório feito pela comissão de avaliação do concurso, afirmando que é «explícito ao indicar qual dos modelos é tecnologicamente superior». Embora reconheça que o modelo de submarino alemão é superior em termos tecnológicos, a comissão manifestou-se favorável à proposta do concorrente francês (DCNI) por ser a que oferece mais contrapartidas para Portugal.



COMUNIDADES

**Donativo para famílias das vítimas de Castelo de Paiva**

João Rui de Almeida, secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, deslocou-se, no dia 17, a Castelo de Paiva para entregar às famílias das vítimas da queda da ponte de Entre-os-Rios um donativo de cerca de 6 500 contos.

O donativo foi angariado durante um almoço organizado pelo Virginia Portuguese Community Center, Manassas, e o seu valor em moeda norte-americana, 30 mil dólares, foi entregue no final do mês de Março ao secretário de Estado das Comunidades por José Morais, conselheiro comunitário e membro daquela associação portuguesa nos Estados Unidos da América. Conforme desejo da sociedade comunitária, o cheque do montante em causa foi entregue, numa cerimónia simples, à Comissão alargada que gere o fundo destinado a apoiar os familiares das vítimas do desastre da ponte de Castelo de Paiva. A cerimónia decorreu na Câmara de Castelo de Paiva e foi seguida de uma breve visita ao que resta da ponte de Entre-os-Rios. Uma das vertentes do Virginia Portuguese Community Center passa pelo apoio social e humanitário e, ainda recentemente, protagonizou um caso de ajuda que envolveu um criança de seis anos vítima de cancro.



ECONOMIA

**Nova Portucel Recicla adiada para 2002**

O ministro da Economia garantiu, terça-feira, dia 17, que a nova fábrica da Portucel Recicla será mesmo construída, embora mais tarde do que o previsto, apenas em Setembro de 2002, sob pena de anulação do concurso de privatização da Gescartão. «Está a ser preparada uma nova alteração do prazo para entrada em funcionamento da nova fábrica», revelou Mário Cristina de Sousa perante a comissão Parlamentar de Economia e Finanças.

Quanto à hipótese de a construção da nova fábrica ser substituída por outros projectos para a região de Mourão, o ministro frisou que «no processo de privatização de 65 por cento da Gescartão ficou claro que o adquirente teria que construir a nova fábrica, pelo que se houvesse alteração ao objecto do concurso este teria de ser anulado». No debate sobre esta questão, a pedido do Grupo Parlamentar do PCP, o ministro anunciou também que dos actuais 148 trabalhadores «só 50 a 60 poderão ser utilizados pela nova fábrica, mesmo com o programa intensivo de formação, devido às novas tecnologias utilizadas pela futura unidade», que empregará no total cerca de 98 pessoas.



CULTURA

**Governo vai apoiar mais o livro**

O ministro da Cultura afirmou, no dia 18, em Lisboa, que o Governo «pode e fará mais» para apoiar o sector do livro de forma directa e indirecta para que este bem cultural se torne acessível aos portugueses.

José Sasportes falava num intervalo do I Congresso dos Editores Portugueses, que quarta-feira foi inaugurado na Fundação Calouste Gulbenkian e que contou com a presença de 80 editoras para debater os problemas do sector.

O ministro reagia desta forma a duras críticas feitas por Manuel de Brito, da comissão organizadora do encontro, durante a intervenção de abertura, na qual acusou o Governo de não ter uma estratégia para o sector e de não investir nele. Classificando o discurso de abertura de Manuel de Brito como «um pouco exacerbado», o ministro da Cultura admitiu, no entanto, que há uma situação de crise «sobre certos aspectos» no sector e que as melhores formas de o incentivar são no sentido «de o tornar mais claro».

«O próprio sector está dividido», apontou José Sasportes, referindo-se à cisão ocorrida há um ano e meio, com a criação da União de Editores Portugueses (UEP), uma nova entidade que se tornou especificamente interlocutora da área editorial do sector, enquanto a Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APL) reúne também livreiros, distribuidores e alfarrabistas.



JUVENTUDE E DESPORTO

**Lello preparado para «ratoeiras» e polémicas**

O ministro da Juventude e Desporto, José Lello, garantiu, no dia 12, na Marinha Grande, estar «afastado de polémicas e preparado para as ratoeiras que vão surgindo» na sua área de competência.

«Vivemos um tempo interessante relativamente ao desporto. Há muita gente que alimenta questões polémicas para depois confrontar o Governo com a polémica dessas mesmas questões», denunciou o ministro.

Sem concretizar, Lello disse apenas que as suas palavras eram «um recado para muita gente que fala de futebol e sobre as alegadas insuficiências da prestação fiscal dos clubes».

«É uma espécie de "crime perfeito": especula-se que os clubes são incumpridores e depois vem-se junto do Governo dizer que é ele, Governo, responsável por isso. Felizmente não passam de atoardas.

Estamos com muita calma e uma bonomia extraordinária a lidar com essas situações», considerou.



## FINANÇAS

**Reforma fiscal sem fim do imposto automóvel**

O ministro das Finanças, Pina Moura, garantiu, no dia 16, em Silves, que a reforma da fiscalidade automóvel em estudo por uma comissão especializada não significa o fim do imposto automóvel.

«Estamos a trabalhar com a Direcção-Geral das Alfândegas e associações do sector automóvel para estudarmos em conjunto qual o sentido da reformulação do imposto automóvel, o que não significa que o imposto vá acabar», explicou o governante que falava à margem da inauguração das novas instalações da repartição de finanças de Silves. «Quando o projecto estiver concluído o Governo terá de decidir qual o modelo a adoptar em concreto», sublinhou.

Pina Moura comentava notícias recentemente vindas a público que davam como certo o fim do imposto automóvel, assim que estivesse concluído a reforma da fiscalidade do sector.

De acordo com a Comunicação Social o processo está atrasado devido a divergências no seio da comissão especializada.

Referindo-se às novas instalações das Finanças de Silves e da Lagoa, também inauguradas na segunda-feira, o ministro salientou que vão permitir um atendimento mais personalizado dos contribuintes melhorando a relação destes com a administração fiscal.



## SAÚDE

**Auditorias avaliarão produção dos serviços**

As auditorias que os ministérios da Saúde e Finanças realizarão a serviços públicos destinam-se a avaliar «aquilo que efectivamente os serviços podem produzir e se podem produzir mais ou não», afirmou, no dia 17, no Porto, Manuela Arcanjo. Segundo a ministra da Saúde, há serviços que têm uma capacidade instalada superior àquela que é a sua produção. «Defendo, desde o primeiro momento, o reforço do Serviço Nacional de Saúde e o princípio da complementaridade nos sectores privado e social. À luz destas posições, só poderia mandar fazer auditorias àquilo que efectivamente os serviços estão a produzir e se podem ou não produzir mais», concluiu.

Manuela Arcanjo falava aos jornalistas no Instituto Português de Oncologia do Porto, onde presidiu às comemorações do 27º aniversário da instituição e empossou os novos membros do Conselho de Administração, presidido por Ricardo da Luz.

A ministra avançará, também, com auditorias no sector convencionado por forma a fazer a ligação existente entre os serviços hospitalares da rede pública e os privados que têm acordos com o Estado.

No âmbito destas auditorias, foi assinado terça-feira passada um protocolo de colaboração entre as inspecções-gerais das Finanças e da Saúde.



## TRABALHO E SOLIDARIEDADE

**Plano contra discriminações sociais em Junho**

O Executivo socialista vai lançar, no segundo semestre deste ano, um Plano Nacional de Inclusão que tem como objectivo o combate a todas as discriminações sociais.

O anúncio foi feito, no dia 17, em Lisboa, por Paulo Pedroso, ministro do Trabalho e da Solidariedade.

Paulo Pedroso disse aos jornalistas, no final de uma reunião com a Comissão Parlamentar de Trabalho, que este plano, que será apresentado publicamente em Junho, tem como ambição reduzir drasticamente a pobreza.

O plano de luta contra as segregações (raciais, resultantes do desemprego e da pobreza em geral) vai dar prioridade às crianças, pois, de acordo com o ministro do Trabalho, o Governo pretende continuar a melhorar a sua protecção.

«Queremos que com este plano as pessoas em risco de exclusão deixem de o estar», defendeu.



## CONSELHO DE MINISTROS

## Reunião de 5 de Abril

**Reunião de 12 de Abril de 2001**

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um diploma que altera o decreto-lei n.º 114/94, de 3 de Maio, que aprova o Código da Estrada;
- Uma proposta de lei que altera os artigos 69º, 101º, 291º, 292º e 294º do Código Penal;
- Um decreto-lei que estabelece a organização, o processo e o regime de funcionamento da Comissão para Dissuasão da Toxicod dependência;
- Um diploma que cessa a suspensão da vigência das normas do decreto-lei n.º 273/98, de 2 de Setembro, no que respeita às operações de co-incineração de resíduos industriais perigosos, incluindo a avaliação e selecção de locais para queimas e tratamento desses resíduos;
- Um decreto-lei que estabelece condições especiais de protecção social para os subscritores da Caixa Geral de Aposentações que sofram de doença do foro oncológico, de esclerose múltipla ou de paramiloidose familiar;
- Um decreto-lei que constitui a Sociedade Águas de Santo André, SA, concessionária da exploração e gestão do sistema de abastecimento de água, de saneamento e de resíduos sólidos de Santo André constituído por imóveis, infra-estruturas e equipamentos cuja propriedade foi transmitida para o Estado em 1989;
- Um diploma que altera o decreto-lei que altera a lei orgânica da Provedoria de Justiça;
- Um diploma que altera o decreto-lei n.º 234-B/98, de 28 de Julho (altera o regime de recrutamento do pessoal especializado da representação permanente de Portugal junto da União Europeia);
- Um decreto-lei que procede ao ajustamento da escala indicidária da carreira de inspecção de alto nível, da Inspeção-Geral de Finanças, e atribui um suplemento de função inspectiva para o mesmo pessoal e para o pessoal dirigente de inspecção;
- Um decreto-lei que visa a finalização do processo de liquidação da EPPI – Empresa Pública de Parques Industriais, EP;
- Um diploma que altera parcialmente o anexo II do decreto-lei que transfere para o direito interno a directiva comunitária relativa ao tratamento de águas residuais urbanas;
- Um decreto regulamentar que suspende parcialmente o Plano Director Municipal de Aveiro;
- Um decreto regulamentar que reestrutura as carreiras de inspecção da Inspeção-Geral das Actividades Culturais;
- Uma resolução que cria um grupo de trabalho para a elaboração dos projectos dos planos de prevenção dos riscos profissionais e combate à sinistralidade previstos no Acordo sobre Condições de Trabalho, Higiene e Segurança no Trabalho e Combate à Sinistralidade, celebrado em 9 de Fevereiro de 2001, entre o Governo e todos os parceiros sociais com assento na Comissão Permanente de Concertação Social;
- Uma resolução que aprova a aquisição, a título oneroso, de um imóvel destinado à instalação de um complexo museológico, de residências estudantis e de uma escola superior de pós-graduação da Universidade de Aveiro;
- Uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, o acordo relativo à aplicação provisória, entre determinados Estados-membros da União Europeia, da convenção elaborada com base no artigo K3 do Tratado da União Europeia sobre a utilização da informática no domínio aduaneiro;
- Um decreto que aprova o Protocolo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República de Moçambique para instalação de centros logísticos agro-alimentares – mercados abastecedores em Moçambique, assinado em Maputo, em 6 de Novembro de 2000;
- Um decreto que aprova o protocolo de alteração ao acordo sobre a Marinha Mercante assinado em Luanda em 28 de Abril de 1979;
- Um decreto que aprova a convenção consular entre a República Portuguesa e a República Tunisina assinada em Lisboa a 10 de Maio de 2000;
- Uma resolução que nomeia o embaixador Leonardo Charles de Zaffiri Duarte Mathias como encarregado de missão junto do ministro dos Negócios Estrangeiros para a questão de Timor-Leste.

**Reunião de 19 de Abril de 2001**

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um decreto regulamentar das condições técnico-desportivas e de segurança dos estádios;
- Uma resolução que aprova as minutas do contrato de investimento e respectivos anexos a celebrar entre o Estado Português e a Burns Philp & Co Lda, a Burns Philp Netherlands European Holdings e a Mauri Fermentos, SA para a expansão e modernização da unidade industrial existente e o seu aumento de competitividade, com o consequente alargamento dos seus mercados potenciais;
- Um diploma que introduz alterações ao decreto-lei que aprovou o regime jurídico de licenciamento das unidades privadas de diálise;
- Um decreto-lei que estabelece o enquadramento e define a estrutura das carreiras de inspecção da Inspeção-Geral do Ambiente;
- Uma resolução que determina a elaboração do Plano de Ordenamento da Reserva Natural da Serra da Malcata;
- Uma resolução que determina a elaboração do Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Paúl da Arzila;
- Uma resolução que determina a elaboração do Plano de Ordenamento da Reserva Natural Parcial do Paúl do Boquilobo;
- Uma resolução que determina a elaboração do Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Tejo;
- Uma resolução que determina a elaboração do Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Dunas de São Jacinto;
- Uma resolução que determina a elaboração do Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Berlengas;
- Uma resolução que nomeia para presidente do Conselho de Administração do Instituto Nacional do Transporte Ferroviário (INTF) Maurício Besel Levy e para vogal do mesmo Conselho António Vasco Guimarães da Silva.

## CÓDIGO DE ESTRADA MAIS RIGOROSO

**O** Executivo socialista decidiu, no dia 12, em reunião de Conselho de Ministros, dar luz verde ao diploma que altera o Código da Estrada.

A prevenção da sinistralidade constitui uma das principais prioridades do XIV Governo Constitucional no domínio da segurança rodoviária.

Para dar cumprimento a essa prioridade, o Governo de António Guterres pretende aumentar a segurança rodoviária, perfilhando medidas adequadas à realidade social, à situação das infra-estruturas e à evolução das condutas dos intervenientes no sistema de trânsito, em especial os condutores.

O diploma aprovado em Conselho de Ministros introduz diversas alterações ao Código da Estrada, com destaque para o controlo da velocidade através do cálculo da velocidade média; a punição – como contra-ordenação leve – da condução com uma taxa de álcool no sangue superior a 0,2 e inferior a 0,5 gramas por litro; o reforço do controlo da condução sob o efeito de estupefacientes ou psicotrópicos; o condicionamento da realização de inspeções a veículos e da renovação do título de condução ao prévio cumprimento das sanções anteriormente aplicadas; e a simplificação do regime das notificações.

A influência dos especiais deveres que imperam sobre determinadas classes de condutores (de veículos de socorro ou



emergência, transporte escolar, ligeiros de transporte público e de aluguer, pesados de passageiros, de mercadorias, e de transporte de substâncias perigosas) na determinação da medida das sanções que lhes são aplicáveis; e a possibilidade de aplicação de deveres acessórios (a

cooperação em campanhas de prevenção rodoviária e a execução de tarefas de apoio às autoridades com competência para regular e fiscalizar o trânsito) em acumulação com a caução de boa conduta são dois outros pontos previstos pelo Código de Estrada revisto.

A equipa governativa do Partido Socialista decidiu, também na quinta-feira, dia 12, através de uma proposta de lei, alterar os artigos 69º, 101º, 291º, 292º e 294º do Código Penal.

Este documento, apresentar à Assembleia da República, visa alterar o Código Penal, criminalizando a condução sob a influência de estupefacientes, substâncias psicotrópicas ou produtos de efeito análogo, clarificando a criminalização das condutas de violação grosseira das regras de circulação rodoviária, através de uma enumeração de comportamentos especialmente graves, e agravando a moldura penal da sanção acessória da inibição de conduzir, que passa a poder ser fixada num mínimo de três meses e num máximo de três anos (actualmente estes valores situam-se num mínimo de um mês e num máximo de um ano).

Atendendo aos especiais deveres de cuidado que imperam sobre certas categorias de condutores, foi igualmente estabelecida um agravamento em um terço nos seus limites mínimos e máximos da pena que ao caso caberia, quando os crimes relativos à segurança rodoviária sejam praticados, no exercício da respectiva actividade, por condutores de veículos de socorro e emergência, de transporte escolar, ligeiros de transporte público de aluguer, pesados de passageiros ou de mercadorias, incluindo os de transporte de mercadorias perigosas.

## EXECUTIVO CESSA SUSPENSÃO DO PROCESSO

**O** Conselho de Ministros deu, no passado dia 12, mais um passo para concretizar a instalação de centrais de co-incineração no País, aprovando um decreto que cessa as medidas suspensivas em relação a esta medida do Governo.

As medidas que suspenderam a co-incineração nos concelhos de Souselas (Coimbra) e Outão (Setúbal) foram aprovadas na Assembleia da República – a primeira em 1999 e a segunda já no ano passado.

Essas medidas, apoiadas por todas as forças da oposição, destinaram-se a fazer travar a intenção do Governo no sentido de instalar centrais de co-incineração em cimenteiras, enquanto não existissem suficientes garantias médicas e científicas de que este método de queima de resíduos não era perigoso para os cidadãos nem nefasto do ponto de vista ambiental.



Com a divulgação do último relatório da comissão médico-científica nomeada pela Assembleia da República, que concluiu pela inexistência de riscos, o ministro do Ambiente, José Sócrates, anunciou que o Governo iria avançar em definitivo com a co-incineração.

Já em relação a Aveiro, o Conselho de Ministros aprovou o decreto que suspende parcialmente o Plano Director Municipal da cidade, assim como a resolução que aprova, a título oneroso, de um imóvel destinado à instalação de um complexo museológico, de residências estudantis e de uma escola superior de pós-graduação na universidade.

O Conselho de Ministros aprovou ainda uma resolução que cria um grupo de trabalho para a elaboração dos projectos dos planos de prevenção dos riscos dos profissionais e combate à sinistralidade. De acordo com o comunicado oficial do

Governo, o teor da resolução corresponde a medidas já previstas no acordo sobre condições de trabalho, higiene, segurança e combate à sinistralidade celebrado em sede de Comissão Permanente de Concertação Social no passado dia 9 de Fevereiro.

Na reunião de quinta-feira do Conselho de Ministros, foi igualmente aprovado um protocolo de cooperação entre Portugal e Moçambique para a instalação de centros logísticos agro-alimentares e mercados abastecedores neste país africano de expressão portuguesa, assim como a uma nova convenção consular entre o Estado Português e a República da Tunísia.

Ainda ao nível da política diplomática, o Conselho de Ministros decidiu nomear o embaixador Leonardo Duarte Mathias como encarregado da missão do Ministério dos Negócios Estrangeiros para a questão de Timor-Leste.

## SEGURANÇA SOCIAL A VELOCIDADE DE CRUZEIRO

**A Segurança Social marcha, na continuidade, a velocidade de cruzeiro. O ministro do Trabalho e da Solidariedade garantiu, em entrevista ao «Diário de Notícias» (17 de Abril), que tenciona «prosseguir o trabalho do espírito da Lei de Bases», reduzir a fraude e a sinistralidade laboral e travar a subsidiopendência nos estágios.**

**P**aulo Pedroso, o ministro sucessor de Ferro Rodrigues, é partidário de uma nova fórmula de cálculo para as pensões sem gradualismos, mas assegura que os contribuintes que se encontrem nos dez últimos anos de carreira tributária não serão prejudicados.

«Estamos a trabalhar numa solução que respeitará os direitos adquiridos dessas pessoas», assegurou Pedroso, ressalvando de seguida que para a restante população activa haverá uma «fórmula de transição».

Segundo adiantou o governante ao «DN», a nova fórmula de cálculo será conhecida até Setembro próximo e, a partir do momento em que for publicada, entrará «imediatamente» em vigor para as pensões que estão em formação.

Para o ministro do Trabalho e da Solidariedade, perfilam-se dois cenários nesta área da Segurança Social. Um é o «alargamento progressivo», isto é, passariam a contar os melhores 11 anos dos últimos 16 e assim sucessivamente.



O outro consiste em compatibilizar logo toda a carreira. «Mas ainda não há uma decisão definitiva», esclareceu.

Assumindo-se partidário da passagem imediata ao modelo em que contem os melhores anos de toda a carreira contributiva, Paulo Pedroso fala da vantagem da «justiça», pois neste cenário não são apenas privilegiadas as pessoas que auferiram melhores salários nos últimos anos da vida profissional.

«Esta é uma medida que não pode ser pensada estaticamente», declarou o ministro, apontando para a necessidade de uma abordagem dinâmica, «porque as pessoas terão oportunidade de olhar para a Segurança Social de outra maneira, desde bastante mais cedo».

Segundo o titular da pasta do Trabalho e da Solidariedade, verifica-se, actualmente, uma tendência para a diminuição de carreiras totalmente ascendentes e para

um aumento de carreiras oscilantes.

«O modelo do passado, que privilegiava apenas a contagem dos últimos anos, protegia quem tinha uma carreira totalmente ascendente, mas desprotegia quem tinha a carreira oscilante», explicou o governante.

A nova fórmula em estudo permitirá, no entender de Paulo Pedroso, uma melhor gestão e compatibilização dos «tempos bons anteriores aos 50 anos».

### Fórmula não será cega

Para corrigir as eventuais «injustiças do sistema» o ministro falou em «taxas de substituição diferenciadas para a formação das pensões», por forma a proteger mais os trabalhadores com menos rendimentos e deste modo evitar que a salários baixos se sigam pensões de miséria, frutos de uma «fórmula cega».

«Em contrapartida, a percentagem do salário na pensão será mais baixa para aqueles com rendimentos mais elevados», acrescentou.

Questionado sobre os resultados da estratégia de combate face às fraudes no subsídio de desemprego, Paulo Pedroso fez questão de salientar que, «pela primeira vez, o cruzamento de informação entre as bases de dados do IEFP e da Segurança Social está a permitir apurar recebimentos indevidos», constituindo-se como uma «nova garantia» na luta contra a fraude.

Na área do emprego e da formação, o ministro do Trabalho afirmou que ainda este ano vai avançar a formação obrigatória para jovens entre os 16 e os 18 anos (correspondente a 40 por cento do horário laboral).

«A partir de Setembro avançam também os estímulos às empresas que ultrapassarem o objectivo de ter mais de 10 por cento de mão-de-obra em formação», referiu.

Quanto aos estágios profissionais de jovens em empresas com capacidade financeira, Paulo Pedroso assegurou estar a rever o *dossier*.

«Os estágios profissionais têm uma boa taxa de sucesso», afirmou, acrescentando porém que foram registadas situações em que empresas com condições financeiras beneficiam de um financiamento integral para realização dos estágios.

Classificando a situação de desnecessária, o ministro do Trabalho anunciou que, nas empresas com mais de 100 trabalhadores, a comparticipação pública nos estágios passará dos 100 para os 50 por cento.

MARY RODRIGUES

## CONDIÇÕES DE SEGURANÇA REFORÇADAS NOS NOVOS ESTÁDIOS

**O** Conselho de Ministros aprovou, no dia 19, um decreto regulamentar que impõe um conjunto de normas técnicas, de segurança e desportivas, medidas que se aplicarão já aos estádios do Europeu de Futebol de Portugal 2004.

Em conferência de Imprensa, o ministro da Juventude e do Desporto, José Lello, adiantou que o regulamento do Executivo também abrangerá todos os recintos desportivos que venham a ser construídos com uma lotação superior a 1500 pessoas. Quanto aos estádios que não farão parte do Euro-2004, o titular da pasta do Desporto referiu que estarão sujeitos ao cumprimento das normas do novo regulamento, se fizerem obras de remodelação.

Segundo Lello, os estádios que não estão no Europeu de 2004 continuarão a ser alvo



de «inspeções periódicas por parte de entidades como o Instituto Nacional de Bombeiros e o Instituto Nacional de Emergência Médica».

Em relação aos recintos desportivos que serão abrangidos pelo decreto regulamentar do Governo, o ministro do Desporto sublinhou que terão de proporcionar «melhores condições de segurança, de funcionalidade e de conforto», tendo em vista «limitar o risco de acidentes e facilitar a evacuação dos ocupantes, assim como a intervenção de meios de socorro».

«Esses recintos desportivos seguirão os critérios já aplicados no Europeu de Futebol realizado na Holanda e na Bélgica no ano passado, cumprindo-se assim recomendações da UEFA e do Conselho da Europa», frisou.

Especificando esses requisitos técnicos e de segurança, José Lello adiantou que terão de ter áreas de estacionamento compatíveis com a lotação dos recintos, bem como zonas de segurança, instalações próprias para as operações de controlo anti-doping, para aquecimento e musculação.

Outras condições definidas relacionam-se com a construção de centros de Imprensa modernos, boas vias de acesso aos recintos desportivos, instalação de uma sistema de vigilância por vídeo e com a existência de condições de acessibilidade para cidadãos deficientes físicos.

«Para o Governo, é essencial que os recintos desportivos em Portugal tenham qualidade técnica, sejam seguros e possuam o indispensável conforto», afirmou Lello.

## INICIATIVAS DA OPOSIÇÃO OMISSAS E CONFRANGEDORAS



«O ano de 1996 foi o momento de viragem no reforço das políticas para o ensino do português no estrangeiro. A afirmação aléu-fronteiras da língua e da cultura portuguesas resulta de uma opção política fundamental», afirmou o deputado do PS António Braga, no debate na AR dos projectos de resolução do PSD e do PCP Segundo António Braga, «pretende-se superar a perspectiva da língua e cultura portuguesa vista apenas enquanto factor de ligação às origens portuguesas e como instrumento para uma eventual situação de regresso ao país, conferindo-lhe uma dimensão mais alargada que, sem negar a primeira, a valorize como elemento de comunicação internacional e da expressão cultural da lusofonia».

Para o deputado do PS, «a promoção do ensino do português no estrangeiro conduz à necessidade de medidas articuladas em diferentes níveis capazes de desen-

volverem em dinâmicas locais ou regionais mobilizadoras dos vários parceiros». Assim, sublinha, «essa é a principal orientação que se tem evidenciado e que deve ter premência no futuro próximo, conforme consta no programa do actual Governo».

Por outro lado, disse, «a expansão do ensino do português como língua estrangeira tornou pertinente a criação de um sistema que certifique internacionalmente esta aprendizagem».

Ora, afirmou, «os projectos de resolução quer do PSD quer do PCP quanto às opções políticas que sustentam quer as iniciativas em curso quer as metodologias são confrangedoramente omissos».

Para o deputado do PS, «recomendar a criação de um programa de promoção da língua portuguesa é, relativamente ao actual enquadramento, uma redundância, porquanto, para além de existir, ele já abarca as diferentes componentes de intervenção».

J. C. C. B.

## PS RECONHECE JURISDIÇÃO DO TPI

O PS apresentou o seu projecto de revisão constitucional, no qual constam o reconhecimento da jurisdição do Tribunal Penal Internacional (TPI) e a criação do espaço de liberdade, segurança e de justiça.

«Está em vista em tais alterações, a emergência de uma mais ampla tutela internacional dos direitos do homem, com a instituição de um tribunal penal internacional de carácter permanente que complemente as jurisdições nacionais no combate a alguns dos mais graves crimes que afectam a humanidade», refere a nota justificativa, aludindo ao TPI, instância que pode aplicar a pena de prisão perpétua, sanção que a Constituição portuguesa não prevê.

A mesma nota refere também outra alteração ao actual texto constitucional para acomodar necessidades «que decorrerão da construção do espaço de liberdade, de segurança e de justiça, prometido à Europa no Tratado de Amesterdão».

Neste sentido, o PS propõe que o artigo 7º da Constituição passe a ter como redacção: «Portugal pode, em condições de reciprocidade, com respeito pelo princípio da subsidiariedade e tendo em vista a realização da coesão económica e social e de um espaço de liberdade, de segurança e de justiça, convencionar o

exercício em comum dos poderes necessários à construção da União Europeia».

Relativamente ao TPI, o PS propõe que a Constituição seja aditado um artigo, 289º-A, no qual se lê: «Portugal pode reconhecer a jurisdição do Tribunal Penal Internacional instituído pelo Estatuto de Roma, de 18 de Julho de 1998, nas condições nele previstas».



## DEPUTADOS DISCUTEM DIREITOS DOS MILITARES EM MAIO



A Assembleia da República vai discutir a 3 de Maio alterações à Lei de Defesa Nacional que poderão eliminar algumas restrições aos direitos cívicos dos militares. O Governo, o PCP e o CDS/PP apresentaram projectos que permitem eliminar algumas restrições aos direitos dos militares, incluindo o direito de associação.

Com as alterações, o Executivo socialista pretende ainda acabar com a garantia dos militares deixarem as fileiras para se candidatarem a cargos políticos, acabando por passar à reserva mesmo sem terem sido eleitos, o que tem levado à saída de muitos pilotos da Força Aérea para a aviação comercial.

Um dia antes, o Parlamento abordará a questão da sinistralidade rodoviária.

Na sessão de 2 de Maio estarão em discussão três projectos de lei e um projecto de resolução do PSD, um projecto de resolução do CDS-PP e uma proposta de lei do Governo, iniciativas relacionadas com a questão da sinistralidade nas estradas.

Na conferência de líderes da passada terça-feira, dia 17, ficou ainda agendado para o dia 3 de Maio um projecto de resolução do PEV sobre extracção de areias dos leitos do rio.

Em 9 de Maio, a Assembleia da República realiza, a pedido do Governo, um debate

de actualidade sobre a situação e perspectivas da política científica e tecnológica nacional, que antecede a realização do Fórum Ciência Viva.

Para o dia seguinte ficou marcado um agendamento potestativo do BE, ainda sem tema anunciado, e a 11 de Maio será discutido o relatório sobre Timor-Leste elaborado pela comissão parlamentar que visitou recentemente o território.

Entretanto, o PSD anunciou um agendamento potestativo sobre educação e «ranking escolar», pretendendo fazê-lo coincidir com a apresentação de um projecto de lei sobre a mesma matéria, situação que depende da anuência, ainda não decidida, do PS.

## DEPUTADOS OUVEM CONSTITUCIONALISTAS

A Assembleia da República decidiu, no dia 18, ouvir constitucionalistas e especialistas em Direito Internacional sobre as competências dos órgãos de soberania quanto ao envio e acompanhamento de missões militares no estrangeiro.

Jorge Miranda, Adriano Moreira, Gomes Canotilho, Freitas do Amaral, Armando Marques Guedes, Nunes de Almeida ou Blanco de Moraes poderão ser algumas das personalidades a ouvir, admitiu um dos deputados no final da reunião de terça-feira da Comissão Parlamentar de Defesa.

Saber se haverá necessidade de rever a Constituição ou se serão suficientes alterações na Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas são duas das questões em aberto e que foram levantadas com o processo de decisão governamental de enviar as Forças Armadas para o Kosovo.

O Parlamento não tomou posição política sobre o assunto, nem foi conhecida a posição do chefe de Estado sobre uma decisão governamental que foi apenas

sujeita a apreciação pelo Conselho Superior de Defesa Nacional (presidido por Jorge Sampaio e onde a Assembleia da República está representada).

Jorge Sampaio alertou recentemente para a necessidade de rever as competências do chefe de Estado – e comandante supremo das Forças Armadas – no que toca à presença dos militares portugueses no estrangeiro.

Eduardo Pereira, presidente da Comissão de Defesa, disse no final da reunião do dia 17, que as audições se vão inserir no debate parlamentar em torno das respostas legais a definir naquela matéria e que a última revisão constitucional (1997) deixou por clarificar.

O debate, explicou o deputado socialista, visa dar «passos importantes» na clarificação das competências do Parlamento no que respeita ao acompanhamento das missões militares nacionais no estrangeiro e, ainda, na articulação dos diferentes órgãos de soberania.



EURODEPUTADOS SOCIALISTAS Cabinda

## SEGURO QUER CRUZ VERMELHA A ASSISTIR OS REFÉNS PORTUGUESES

O camarada António José Seguro, presidente da delegação dos socialistas portugueses no Parlamento Europeu, dirigiu uma

carta à Cruz Vermelha Internacional, apelando ao envio de uma delegação de médicos desta organização a Cabinda a fim de averiguar as condições de saúde e prestar os necessários cuidados médicos aos sete cidadãos portugueses detidos no enclave.

Na missiva, o camarada António José Seguro salienta as «condições físicas muito debilitadas» em que chegou a Portugal um dos reféns libertados pela FLEC.

Uma situação que faz prever, na sua opinião, «que os outros sete portugueses não se encontrem a viver nas melhores condições».

Neste sentido, o eurodeputado socialista apela «ao interesse e à acção da Cruz Vermelha em prol da saúde destes cidadãos».

Juntamente com esta carta, António José Seguro dirigiu também um pedido formal à presidente do PE, Nicole Fontaine, para que interceda junto da Cruz Vermelha Internacional no sentido da viabilização de uma operação humanitária deste tipo.

### Conflito de Chiapas

Por outro lado, também o conflito de Chiapas mereceu a atenção de António José Seguro que salientou, numa intervenção no PE, a importância do diálogo entre zapatistas e Governo mexicano.

Ao intervir na discussão de uma resolução



comum sobre a situação no México, o eurodeputado socialista sublinhou que o PE apoia o diálogo, enquanto instrumento ideal para ajudar à resolução do conflito, e que por isso «saúda e incentiva» as vontades do Presidente Vicente Fox e dos zapatistas em encontrarem uma solução pacífica para o conflito.

### Febre aftosa

O eurodeputado socialista António Campos pediu à Comissão Europeia que explicasse a razão pela qual mandou abater animais contaminados pela febre aftosa, depois de ter ordenado a sua vacinação.

Para o camarada António Campos, que

interviu no plenário do PE durante o debate deste tema, é importante que a Comissão «diga o que pensa» sobre a questão da vacinação dos animais infectados por esta doença, sobretudo depois de o Comité Veterinário da UE ter afirmado que tal vacinação é segura.

«Não se compreende que, por exemplo, nos casos registados nos Países baixos e no Reino Unido, a Comissão tenha tido um comportamento dispar, ordenando a vacinação dos animais, num caso, e não tomando posição, no outro», afirmou o camarada António Campos.

O eurodeputado socialista quis ainda saber «de que lado está» o comissário David Byrne face às repercussões desta doença,

ou seja, se do lado dos produtores, devendo, nesse caso, ordenar a vacinação imediata dos animais infectados, ou se do lado da indústria alimentar, e do consequente sacrifício da posição dos produtores de gado em proveito dos grandes interesses económicos.

### Estatuto dos partidos políticos europeus

O vice-presidente do PE, Luís Marinho, é o autor do parecer da Comissão de Assuntos Jurídicos do PE sobre uma proposta do Conselho relativa ao estatuto e financiamento dos partidos políticos europeus.

No documento que já apresentou à Comissão Parlamentar, o camarada Luís Marinho defende que os partidos políticos europeus passem a ser financiados pelo orçamento geral da União, mas adianta que tal financiamento não poderá abranger «quaisquer contribuições de natureza pecuniária ou em espécie de empresas públicas, sociedades de capitais exclusiva ou maioritariamente públicos, e de entidades concessionárias de serviços públicos constituídas ao abrigo do direito dos Estados-membros».

O eurodeputado socialista propõe, igualmente, que os partidos políticos europeus sejam sancionados no caso de não cumprimento destas regras.

O camarada Luís marinho sugere, por exemplo, que o financiamento de um partido seja suspenso no caso de este, após o depósito do respectivo estatuto, «não respeitar os princípios fundamentais da democracia, do respeito dos direitos fundamentais e do Estado de Direito».

DIREITOS HUMANOS UNICEF denuncia

## 200 MIL CRIANÇAS VÍTIMAS DE TRABALHO FORÇADO NA ÁFRICA CENTRAL E OCIDENTAL

Pelo menos 200 mil crianças da África central e ocidental são vítimas, todos os anos, de trabalho forçado, denunciou no dia 17, em Genebra, Lynn Geldof, porta-voz do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

«Segundo uma estimativa muito baixa da UNICEF, o número de crianças vítimas de tráfico ronda os 200 mil no Centro e Oeste do continente africano», declarou, insistindo em que se trata de um valor mínimo.

Na última noite, o MV Etireno, um barco com 30 a 40 crianças e adolescentes a bordo, atracou no porto de Cotonou, capital do Benim, depois de várias tentativas para



acostar noutros portos da região.

A UNICEF, que suspeita de que os menores a bordo se destinavam a trabalho forçado em plantações de cacau e café, está a tentar identificar as crianças e jovens (que viajavam sem documentos) e a determinar a sua origem e destino final.

«Este caso está rodeado de mistério», comentou Lynn Geldof, reconhecendo que o tráfico de crianças «é muito difícil de identificar no conjunto do continente africano».

Para a UNICEF, «muitos traficantes são mulheres que falsificam documentos de crianças que viajam consigo e fazem passar por suas filhas», explicou.

A pedido dos governos da região, a UNICEF investiga desde há três anos o trabalho forçado de crianças.

Várias reuniões e conferências locais foram organizadas sobre o tema, em particular no Benim.

Em Fevereiro último, uma conferência em Libreville, capital do Gabão, apelou para o reforço das legislações nacionais contra o trabalho forçado de crianças.

De salientar que em 1989, a ONU dotou-se de uma Convenção dos Direitos da Criança que foi adoptada pelos países membros da organização – à excepção dos Estados Unidos e Sudão – e proíbe, nomeadamente, o trabalho infantil forçado.

## AJUDA ON-LINE

O ministro António Costa afirmou, no dia 16, respondendo *on line* às questões que lhe foram colocadas, que o novo Portal do Ministério da Justiça, em <http://www.mj.gov.pt>, vai «ajudar a justiça a aproximar-se das pessoas».

No diálogo, garantiu que os tribunais estarão informatizados em Dezembro de 2001 e os registos e notariados em Dezembro de 2002.

Talvez por causa deste investimento nas novas tecnologias, assegurou que «a justiça é um valor ascendente» e que «vale a pena investir agora».

Referiu que existe um «grande esforço de formação» dos agentes judiciários, havendo 60 pessoas exclusivamente afectas à instalação e formação nos tribunais, muito embora se saiba que «no mundo de hoje a formação é contínua».

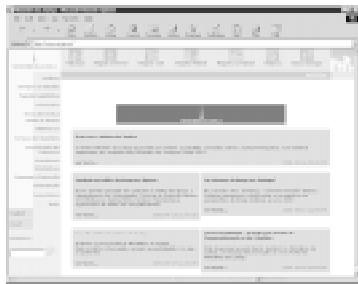
Questionado como é possível compatibilizar a crescente informatização com o volume dos acórdãos e sentenças judiciais, o ministro defendeu que é preciso «simplificar as formalidades da Justiça».

«As novas tecnologias sublinharão as redundâncias e exigirão maior simplificação», disse.

No diálogo *on line*, António Costa revelou que há uma «experiência inovadora» no sentido de preparar a criação de um «tribunal digital» que não se resume aos conflitos de consumo.

A ideia – precisou – é que «todas as peças (processuais) possam circular por via digital entre as partes e o tribunal» e a audiência «possa ser feita em videoconferência».

Para António Costa não será apenas para resolver conflitos de consumo e «o essencial é as partes terem *e-mail* para efeitos de citação e notificação». A



experiência arrancará com a adesão voluntária ao sistema.

Questionado sobre se a entrega dos tribunais tributários à Justiça é um «presente envenenado», o titular da pasta respondeu que «não», sendo «um processo de reforço das garantias dos contribuintes e que carece de preparação cuidada» entre os Ministérios da Justiça e das Finanças.

Falando sobre os presos preventivos e as desigualdades que, na prática, se registam no acesso à Justiça, António Costa destacou que a reforma do apoio judiciário, cujo novo regime entrou em vigor a 1 de Janeiro, foi uma prioridade do seu ministério.

«Agora, só os advogados podem ser defensores oficiosos. A igualdade de oportunidades na Justiça é essencial para que não exista uma Justiça para ricos e outra para pobres», acentuou.

### Celeridade processual é prioridade

Relativamente ao excesso de prisão

preventiva, o ministro afirmou que esta medida de coacção pode vir a diminuir com a entrada em funcionamento das pulseiras electrónicas, mas considerou que a «grande solução é a celeridade processual, de modo a que o tempo de medidas precárias diminua».

Instado a pronunciar-se sobre como é que o sistema judicial vai responder ao acréscimo inevitável de processos decorrentes das novas medidas de segurança rodoviária, incluindo contra a condução sob o efeito de álcool, António Costa frisou que estas «visam reforçar a eficácia dissuasora, de prevenção geral».

«Se tiverem que ser aplicadas, haverá condições de as executar», garantiu. Já no final da conversa *on line*, e confrontado com o facto de haver políticos que guardam melhor o segredo do casamento do que o segredo de justiça, o ministro limitou-se a observar: «Segredo é segredo».

### Mais de 25 gabinetes de consulta jurídica

O Ministério da Justiça espera ter a funcionar entre 25 a 30 gabinetes de consulta jurídica até ao final do ano, segundo anunciou, no dia 17, o secretário de Estado, Diogo Lacerda.

O objectivo é «cobrir o País inteiro» e, apesar de preferir não apontar datas, afirmou que «até ao final da legislatura é possível ambicionar ter quatro ou cinco dezenas» de gabinetes de consulta jurídica, destinados ao atendimento de

peças carenciadas que necessitem de aceder à justiça.

«Depois de, no ano passado, termos reconstituído a lógica do apoio judiciário, é necessário sermos agora capazes de oferecer às pessoas que não têm meios ou esclarecimento, a elucidação, para que, caso tenham de ir a juízo, saibam porquê e para quê», explicou.

Diogo Lacerda homologou terça-feira o protocolo celebrado entre a Câmara de Coimbra e o Conselho Distrital da Ordem dos Advogados (OA) para a reabertura de um gabinete de consulta jurídica na cidade, que deverá ser inaugurado no prazo de um mês.

O presidente do Conselho Distrital de Coimbra da OA, Ferreira da Silva, referiu durante a cerimónia que o gabinete criado em 1991 foi perdendo capacidade de intervenção e acabou por ser suspenso em 1997, congratulando-se com o retomar do projecto, no âmbito do protocolo celebrado no ano passado entre o Ministério da Justiça e a Ordem. Na área do Conselho Distrital de Coimbra da OA estão já em funcionamento gabinetes de consulta jurídica em Pombal, Guarda, Covilhã e Oliveira do Bairro.

De acordo com Ferreira da Silva, foram também já celebrados protocolos com as autarquias de Seia e Castelo Branco, que deverão ser homologados pelo Ministério da Justiça dentro de um mês, e, «pelo menos até ao final do ano, deverão ser instalados gabinetes em Viseu, Leiria e Aveiro».

O Gabinete de Consulta Jurídica de Coimbra irá funcionar duas tardes por semana, nas instalações cedidas pela Câmara de Coimbra situadas na Rua João Cabreira.

## SAMPAIO RECONDUZ E EMPOSSA MEMBROS

O Presidente da República decidiu reconduzir os elementos que integraram o Conselho de Estado no seu primeiro mandato, tendo-os empossado ontem, antes de uma reunião deste órgão de consulta presidencial.

Os cinco membros designados por Jorge Sampaio para o Conselho de Estado são Carlos Carvalhas, José Manuel Galvão Teles, Maria de Jesus Serra Lopes, Vítor Constâncio e João Cravinho.

Além de Sampaio, integram o Conselho de Estado, por direito próprio, o presidente da Assembleia da República, Almeida Santos, o primeiro-ministro, António Guterres, o presidente do Tribunal Constitucional,



Cardoso da Costa, e o provedor de Justiça, Nascimento Rodrigues.

Os presidentes dos governos regionais dos Açores e Madeira, Carlos César e Alberto João Jardim, e os antigos Presidentes da República eleitos, Ramalho Eanes e Mário Soares, também integram o Conselho de Estado.

A Assembleia da República tem igualmente cinco membros eleitos: Manuel Alegre, Barbosa de Melo, João Soares, Marcelo Rebelo de Sousa e Gomes Canotilho.

A 1 de Março na sua última reunião antes do fim do primeiro mandato de Jorge Sampaio, e por proposta do Presidente da República, o Conselho de Estado

deliberou por unanimidade alterar o artigo 13º do seu regimento. Foram adotados quatro novos números para regular a questão da publicidade e do segredo quanto às reuniões e deliberações do Conselho e respectivas actas, as quais não podem ser consultadas ou divulgadas antes de passados 30 anos sobre o fim do mandato presidencial a que respeitam as reuniões em causa.

Sampaio tomou posse para um segundo mandato presidencial a 9 de Março.

Na reunião de ontem, o Conselho pronunciou-se sobre a recondução dos ministros da República para a Madeira, Monteiro Diniz, e para os Açores, Sampaio da Nóvoa.

## CONSTÂNCIO «SATISFEITO»

**V**ictor Constâncio afirmou-se satisfeito, no dia 18, no Porto, por o orçamento para 2001 ter um sentido restritivo, e não expansionista.

Este sentido «correcto» do orçamento manifesta «uma alteração na orientação global, no sentido positivo, da política orçamental para 2001», adiantou o governador do Banco de Portugal durante uma sessão de divulgação do euro organizado pelo Iapmei, na Exponor.

«Recentemente, o ministro das Finanças anunciou novos cortes de despesas e espero que isso se concretize».

Quanto à inflação disse que o recente comportamento «inesperado» de alguns preços, designadamente de produtos alimentares, provocou «surpresas».

Em relação à preparação para o euro, o governador do banco central manifestou-se optimista e satisfeito com o resultado das sondagens, que indicam que 82 por cento das empresas já têm alguma preparação.

O conselho que deixou foi o de as pessoas se prepararem em termos psicológicos, terreno em que, como disse, a transição é mais difícil do que no plano físico.

Quanto a consequências da moeda única, Constâncio mencionou os reflexos nos preços e nos salários.



Nos primeiros chamou a atenção para preparar os «preços psicológicos», uma vez que, exemplificou, uma variação de

cinco euros para 4,5 euros é apreciável. Por outro lado, «os preços dos bens domésticos são mais baixos quando

comparados na zona euro, pelo que as empresas deverão aproveitar esta situação para exportar mais», recomendou.

Quanto à convergência salarial, para o governador do Banco Central, esta só acontecerá se a produtividade portuguesa crescer mais do que a dos Estados mais industrializados.

Uma política salarial, nacional e consensual, é necessária para conseguir uma «contenção» nos aumentos nominais dos salários perante o aumento dos custos na zona euro.

«São necessárias medidas restritivas e moderação salarial», garantiu.

Constâncio lembrou ainda que a entrada no euro permitiu o acesso a dinheiro mais barato, o que redundou na explosão do endividamento das famílias e empresas, com o daquelas a chegar aos 81 por cento do produto interno bruto (PIB) e o destas a atingir os 85 por cento do PIB.

A vantagem do endividamento – cujo total passou de 1 460 milhões de contos em 1990 para 13 900 milhões de contos em 2000 – foi permitir o acesso a bens duradouros, disse.

«Mas este processo tem limites» e, disse Constâncio, «já começou a fase de moderação que se acentuará em 2001». Em consequência, as empresas terão de repensar as suas estratégias.

## PROGRAMA VERÃO PARA 13 MIL TRABALHADORES

**O** programa Turismo Social Verão 2001 do Inatel tem um orçamento de 500 mil contos, mais 25 por cento que no ano passado, devendo abranger 13 mil pessoas.

O coordenador da área do turismo do Inatel, Rui Calarão, explicou que foram introduzidas algumas alterações relativamente ao programa de 2000, mantendo-se os destinos mas aumentando os circuitos e as modalidades de férias.

No turismo internacional, por exemplo, «mantivemos os países do ano passado, mas os associados podem optar por mais modalidades de férias, como o número de dias, e por mais circuitos, que podem incluir várias cidades», referiu Rui Calarão.

Benidorm (Espanha), Açores e Madeira são alguns dos destinos mais concorridos, tal como os EUA.

Uma vertente que começa a ser muito procurada nos programas do Inatel são os cruzeiros.

Com organização própria, ao contrário do que vinha sucedendo, as viagens



aumentaram o número de locais de partida, passando a integrar todas as capitais de distrito.

Quanto aos preços, «na maior parte dos casos estão abaixo dos praticados no mercado» referiu o coordenador da área de turismo.

Acrescentou que «é difícil fazer uma comparação pois depende das características da modalidade escolhida», como a inclusão de «transfer» ou o regime de alimentação.

O programa Turismo Social é válido entre Maio e Outubro e oferece, na área de destinos externos, 18 países entre os quais Itália, Áustria, Suíça, República Checa, Grécia, Turquia, Escócia, Rússia ou Finlândia, EUA, Canadá, Argentina, Tailândia ou Brasil.

Aqueles destinos de férias são reforçados com praia, circuitos, cruzeiros fluviais ou campos de férias, a nível nacional.

O Inatel informou ainda que as viagens de autocarro estão programadas para um mínimo de 30 participantes, enquanto que para deslocações de avião os mínimos são estabelecidos caso a caso.



#### Abrantes

##### Nova empresa no Parque Industrial

O Parque Industrial de Abrantes vai brevemente passar a dispor de mais uma nova empresa ligada à indústria transformadora.

Chama-se Manuel O. Marques Construções Metálicas, SA, e a sua principal actividade económica será a fabricação de estruturas metálicas.



Ser uma das cinco maiores empresas de estruturas metálicas da região centro e criar uma imagem de marca sólida e confiante é um dos principais objectivos desta empresa nos primeiros cinco anos de implantação no Parque Industrial de Abrantes.

A autarquia está convicta de que muitas outras empresas se seguirão, instalando-se num Parque Industrial de excelente qualidade ao nível de infra-estruturas, de fácil acesso, situado junto ao nó de Abrantes do IP6.

#### Albufeira

##### Comemorações do 25 de Abril

A Câmara Municipal de Albufeira comemora o 25 de Abril com um conjunto de iniciativas que arrancam já no início deste mês.



No dia 18, a voz e a poesia de Manuel Freire (autor da música de «Pedra Filosofal») puderam ser apreciadas num espectáculo que teve lugar na Galeria de Arte Pintor

Samora Barros, pelas 21.30 horas. Na noite do dia 23, no auditório municipal, haverá bom cinema português, com a longa-metragem «A Sombra dos Abutres», de Leonel Vieira.

No dia do 27º aniversário da Revolução dos Cravos o programa inclui diversas iniciativas que começam logo de manhã com uma alvorada e hastear da bandeira nos Paços do Município, ao som do Hino Nacional, pela Banda da Sociedade Musical e Recreio Popular de Paderne e ainda uma largada de pombos.

À tarde será inaugurada uma nova estrutura para a infância e juventude. Trata-se do Espaço Lúdico de Albufeira.

Para a noite está programado um espectáculo com o grupo de música popular Real Companhia, que decorrerá no Largo Eng. Duarte Pacheco.

Para encerrar os festejos, a autarquia irá oferecer a todos os munícipes um espectáculo de luz e cor, com uma sessão de fogo-de-artifício a partir da Praia dos Pescadores, às 20.30 horas.

#### Cascais

##### Miradouro da Boca do Inferno reabre ao público

O município de Cascais reabriu ao público o Miradouro da Boca do Inferno, na Av. Rei Humberto II de Itália, em Cascais.



A reabertura teve lugar no passado dia 12, depois da conclusão as obras de beneficiação que toda a zona recebeu. O Miradouro da Boca do Inferno esteve encerrado, por questões de segurança, devido ao estado de deterioração em que se encontrava, originado pelo mau tempo e pelo impacto da força do mar no decorrer deste Inverno.

No âmbito destas obras foi reposta a balaustrada do miradouro e colocado um novo corrimão de segurança nas escadas de acesso.

#### Fafe

##### Câmara adere à campanha «Na cidade sem o seu carro»

O município de Abrantes vai aderir à campanha «Na cidade sem o seu carro», promovida pelo Ministério do Ambiente, a

realizar no próximo dia 22 de Setembro. Por unanimidade foi aprovada a adesão de princípio à campanha, ficando para data oportuna a apresentação de um programa e calendário para a evocação da data, que calha a um sábado.



Pretende-se com a campanha sensibilizar a população para a melhoria da mobilidade urbana e para a diminuição da poluição atmosférica e sonora.

#### Faro

##### Novo parque de estacionamento

A Câmara Municipal de Faro adjudicou a construção de um parque de estacionamento com capacidade para 1200 viaturas na zona do Complexo Desportivo da Penha, junto às piscinas municipais.



Esta nova infra-estrutura representa mais uma importante bolsa de estacionamento da capital algarvia e terá após a sua entrada em funcionamento ligações ininterruptas, através de mini-autocarros, ao centro da cidade.

##### Requalificação dos espaços desportivos do concelho

O actual Executivo da Câmara de Faro, no âmbito da sua política de requalificação dos espaços desportivos do concelho, decidiu apetrechar os campos de futebol da Penha e da Horta da Areia com relva sintética.

Esta opção deve-se ao facto deste tipo de piso possibilitar uma utilização bastante

mais intensiva por parte das equipas das camadas juvenis e não profissionais que habitualmente recorrem a estes espaços para efectuarem os seus treinos e jogos.

#### Ovar

##### Autarquia apoia associações e colectividades

O Executivo da Câmara de Ovar deliberou por unanimidade apoiar as iniciativas das seguintes colectividades: Santa Casa da Misericórdia para a realização de um concerto multimédia; Grupo de Folclore da Casa do Povo de Válega; Grupo de Atletismo da Barrinha para a aquisição de equipamento; Academia de Artes Maria Amélia Simões e Banda Filarmónica Ovarense.

#### Penha de França

##### Espectáculo do Coro de Santo Amaro de Oeiras

O Coro de Santo Amaro de Oeiras dirigido pelo maestro César Batalha vai actuar no dia 21 de Abril, às 21.30 horas, na Igreja de Nossa Senhora da Penha de França. A entrada é livre.

Trata-se de mais uma iniciativa cultural promovida pela Junta de Freguesia da Penha de França, no âmbito das comemorações do 25 de Abril e do 83º aniversário da sua criação.

Fundado em 1960 pelo maestro César Batalha, o repertório do Coro é vasto e diversificado.

Nele se incluem peças da autoria do seu maestro, cuja vasta obra de compositor vem o Coro beneficiando.

O Coro de Santo Amaro de Oeiras tem no seu historial um vasto número de concertos ao vivo realizados por todo o País, para os mais diversos tipos de audiências, bem como programas na televisão, rádio, gravações em disco, música para cinema, teatro e participações em festivais, entre tantas outras actividades.

A sua discografia é vasta e nela se destaca o LP «Searas», poema coral sinfónico da autoria de César Batalha, acompanhando o Coro uma orquestra de estúdio.

Salientam-se também um LP de trechos populares portugueses arranjados e harmonizados por César Batalha, «Prenda de Natal», com Coro e Orquestra, e «Boa Viagem», colectânea de música popular e popularizada portuguesa.

Em 1980 foi-lhe atribuído o troféu do Melhor Coro do Ano pela revista «Nova Gente».

Em 1981 recebeu a Medalha de Mérito Artístico da Câmara Municipal de Oeiras.

Em 1984 a Casa da Imprensa de Lisboa distinguiu-o com o Prémio de Popularidade.

Em 1991 foi agraciado com a Medalha de Agradecimento da Cruz Vermelha Portuguesa.

Em 1997 a Ordem Soberana e Militar de Malta atribuiu-lhe o seu Diploma de Agradecimento.

## PS EM MOVIMENTO

### AÇORES

140 delegados ao Congresso

Os socialistas açorianos vão levar uma delegação de 140 eleitos ao XII Congresso nacional do PS que se realiza a 4, 5 e 6 de Maio.

Apoiantes da moção do secretário-geral, António Guterres, - «Uma Aposta no Futuro» - os delegados do arquipélago são eleitos hoje, sexta-feira nas vários órgãos de base do partido.

Em S. Miguel serão escolhidos 52 delegados e a Terceira, segunda mais populosa ilha dos Açores, elege 34.

Apesar do seu apoio a António Guterres, o líder socialista dos Açores, Carlos César, desafiou esta semana as estruturas nacionais do partido a «retornarem o espírito empreendedor» por forma a que o PS lidere um «grande movimento de reformas no país».

Segundo Carlos César, que preside ao Governo Regional desde 1996, o PS tem de continuar um partido com iniciativa à semelhança do que acontece nas ilhas.

### LEIRIA

PS quer metro

O candidato socialista à Câmara de Leiria propôs no dia 16 a criação de um metro de superfície para a Marinha Grande e freguesias do norte do concelho, utilizando as infra-estruturas da actual linha ferroviária do Oeste.

José Manuel Silva lamentou o abandono a que foram votadas as freguesias a norte de Leiria, considerando urgente a conclusão do abastecimento de água e o início das obras de saneamento básico naquela zona do concelho.

Estas freguesias, frisou, «estão prejudicadas por estarem no extremo norte do concelho». Acrescentou que são um «exemplo claro da falta de empenho» por parte do executivo municipal, liderado por Isabel Damasceno (PSD).

Numa conferência de Imprensa, o candidato defendeu a melhoria da rede de transportes municipais que, no seu entender, «é muito má».

Uma das propostas é a criação de um metropolitano de superfície na linha ferroviária do Oeste, entre Leiria, Marinha Grande e o norte do concelho.

A gestão caberia à autarquia, que utilizaria meios da REFER, pagando uma verba a acordar com a empresa, explicou o candidato.

Segundo José Manuel Silva, «os transportes escolares são uma área âncora de uma futura rede municipal de transportes públicos», e devem ser encarados pela autarquia como «um serviço social».

#### Fixar a população

A criação de condições para o desenvolvimento de novas indústrias e actividades de comércio e serviços nas freguesias devem ser uma das prioridades no processo de revisão do Plano Director Municipal (PDM), notou o candidato, que defendeu uma maior descentralização do atendimento camarário através de associações de freguesias.

«O nosso modelo de desenvolvimento para Leiria assenta na fixação da população nas freguesias e não apenas no centro urbano», frisou.

### LISBOA

Confiança na reeleição de Soares

Jorge Coelho manifestou no dia 17 à noite confiança na recandidatura e na reeleição de João Soares para a presidência da Câmara de Lisboa.

As palavras do secretário-coordenador do PS foram proferidas perante cerca de quatro centenas de militantes socialistas de Lisboa, entre os quais figuravam os ex-ministros Manuel Maria Carrilho, Alberto Costa e Maria de Belém.

«É preciso sair daqui um grande apelo e uma grande manifestação de solidariedade para com o nosso presidente da Câmara de Lisboa e para com o nosso recandidato» João Soares, afirmou Jorge Coelho.

Apesar de João Soares ter estado ausente da reunião, Jorge Coelho reconheceu que o próximo combate eleitoral em Lisboa será difícil, mas afirmou estar convencido que, com a ajuda dos militantes socialistas, «o presidente da Câmara será reeleito».

Depois, o secretário coordenador do PS



passou ao ataque ao PSD, dizendo que os dirigentes do PSD assumiram no distrito de Lisboa uma fasquia bem elevada, ao dizerem que «vão ganhar as câmaras todas».

«Que o PSD não se esqueça na noite eleitoral daquilo que agora anda a dizer», referiu Jorge Coelho.

#### Coeelho critica agenda política

Por outro lado, Jorge Coelho criticou também a agenda política em que se deixaram envolver o Governo, a bancada do PS e a própria oposição, e incentivou os delegados socialistas a serem críticos no congresso.

Falando num encontro de militantes socialistas de Lisboa, o secretário-coordenador do PS disse encarar com preocupação «a agenda política» do país, ao atribuir-se prioridade a questões como a pilula do dia seguinte, às uniões de facto, à questão da paridade (pela forma como foi introduzida a sua discussão) e da liberdade religiosa.

«A discussão que se faz da lei da liberdade religiosa prejudica violentamente a inserção do PS na sociedade portuguesa», afirmou.

«Na questão da liberdade religiosa temos de ter o maior cuidado. Temos de ter posições correctas: defender um Estado laico, mas também um grande respeito pelas diferentes confissões religiosas, e entre elas a Igreja Católica», sustentou Jorge Coelho.

Jorge Coelho declarou depois que «não existiu nunca qualquer guerra do PS com a Igreja Católica. Mário Soares foi o grande baluarte da liberdade e foi ele quem saiu em defesa da Igreja Católica», disse numa referência aos episódios ocorridos em Portugal, em 1975.

Outra mensagem deixada pelo secretário-coordenador do PS foi a advertência aos militantes, de que «as eleições autárquicas não serão fáceis, nem o próximo ciclo político, até porque os indicadores económicos do país já foram melhores».

«No próximo Congresso do PS, teremos de criar condições políticas para que o PS tenha maior iniciativa», sustentou, antes de apelar a todos os futuros delegados socialistas para que «assumam uma atitude de espírito crítico».

«Levem para o congresso aquilo que pensam do PS e do Governo. O congresso tem de reflectir o verdadeiro sentimento que os portugueses têm do PS e do Governo», afirmou. Como linha política para o PS, nos próximos anos, o secretário coordenador dos socialistas defendeu a ideia que o partido do Governo deve privilegiar a sua base social de apoio: a classe média e os trabalhadores por conta de outrem.

«Não é mais possível andarmos a agradar a gregos e a troianos. Passados cinco anos de Governo há que compreender que as coisas mudaram», avisou, declarando, depois, que «a maioria dos portugueses não gosta de ver um partido e um Governo que não sabe bem que interesses defende».

«Nos primeiros quatro anos, houve muitos que nos sorriram, mas, por dentro, tinham vontade de nos comer», acrescentou Jorge Coelho, depois de se referir aos sectores que hoje se encontram contra a reforma, casos dos accionistas de «holdings» e pessoas que «não gostam de ver tributadas as suas mais-valias».

Jorge Coelho entusiasmou também os militantes do PS/Lisboa, ao garantir que há uma coisa na vida que nunca fará: «Não deixarei de ser quem sou e de estar na política no estilo em que sempre estive».

«Quem anda na política por convicções não pode agradar a todos», concluiu.

### MOURA

PS já tem candidato

O camarada José Joaquim Oliveira será o candidato do PS à Câmara Municipal de Moura nas eleições autárquicas de Dezembro.

Militante socialista desde Setembro de 1999, José Joaquim Oliveira, de 48 anos, é engenheiro técnico agrário na Zona Agrária de Moura.

O candidato é, desde Novembro de 2000, o presidente da Concelhia socialista de Moura. A candidatura foi aprovada «por unanimidade» na concelhia que dirige.

Segundo o camarada José Oliveira, a candidatura conta igualmente com o apoio da Federação Regional do Baixo-Alentejo.

Nas eleições de 1997, a CDU obteve três mandatos, com 46 por cento dos votos expressos, o PS também três (32,3 por cento) e o PSD um (17,7 por cento).

### SÃO MAMEDE DE INFESTA

Secção comemora 25 de Abril

No próximo dia 24 de Abril, pelas 20 horas, e a exemplo de uma prática que se tornou tradição, a Secção do PS de S. Mamede de Infesta vai comemorar o 25 de Abril, com um jantar de confraternização que terá lugar no restaurante «Novo Milénio».

De salientar que este jantar comemorativo da Revolução dos Cravos vem-se distinguindo e impondo pela abertura a todos os democratas independentemente da sua coloração partidária e aqui reside o seu sucesso.

## PACOTE DE DESCENTRALIZAÇÃO

**O**s presidentes das federações distritais do PS decidiram no dia 18 exigir ao Governo e ao Grupo Parlamentar socialista a rápida concretização do pacote de descentralização e desconcentração de poderes.

Esta foi a principal conclusão de uma reunião que juntou a direcção do PS, representada por Jorge Coelho, Armando Vara, António Galamba e Fausto Correia, e os presidentes de federações socialistas. De acordo com o coordenador socialista para as eleições autárquicas, Armando Vara, a reunião destinou-se a analisar o processo de preparação do partido para as eleições de Dezembro e a situação política do país.

No ponto referente à situação política do país, Armando Vara disse ter existido unanimidade na necessidade de o grupo parlamentar do PS e o Governo «avançarem rapidamente com o pacote da descentralização e da desconcentração». «Uma vez que a regionalização não passou em referendo, é preciso apoiar mais o interior e aproximar o poder das pessoas», justificou Vara.

No entanto, Armando Vara fez também questão de sublinhar que os presidentes das federações socialistas entendem que este processo de descentralização «terá de avançar sem a criação de novos cargos políticos, através do reforço dos poderes dos governadores civis, da distritalização dos serviços e do aproveitamento das estruturas existentes nas actuais comissões de coordenação».



Ou seja, os presidentes das federações do PS estão disponíveis para abdicar da criação do cargo de comissário regional, que constava do programa eleitoral dos socialistas nas últimas eleições legislativas. Sobre as eleições autárquicas de Dezembro, Armando Vara insistiu que o objectivo do PS «passará pela obtenção de mais câmaras e mais votos» do que qualquer outra força política. Em relação aos conflitos dentro das estruturas socialistas para a escolha dos candidatos a presidentes de câmaras em concelhos já dominados pelo PS, o ministro declarou que o critério passará por privilegiar a hipótese de o edil cessante «ter a oportunidade de se sujeitar ao julgamento dos eleitores».

Na reunião, os presidentes das federações socialistas decidiram organizar uma convenção nacional de candidatos do PS a presidentes de câmaras, encontro que se deverá realizar entre o final de Setembro e o início de Outubro.

Antes, entre Junho e Julho, as diversas federações organizarão convenções de carácter distrital.

### António Vitorino apresenta obra de reflexão para Congresso

António Vitorino apresentou no dia 19 em Lisboa uma colectânea de textos intitulada «Novo Ciclo - A Política do Futuro», a que deram a sua contribuição quatro membros do actual Governo socialista - Alberto Martins, Guilherme d'Oliveira Martins, Mariano Gago e Carlos Zorrinho - uma ex-governante - Maria de Belém Roseira - e ainda João de Almeida Santos, José Conde Rodrigues e Leonel Moura.

Embora a obra surja assumidamente em período pré-congressual dos socialistas portugueses, o objectivo expresso na introdução pelos seus promotores é «dar uma resposta reflexiva às grandes questões que se põem hoje à sociedade modernas (...) mais além da simples conjuntura».

### PS isenta Igreja Católica da lei de liberdade religiosa e dá liberdade de voto

A Comissão Permanente do PS decidiu no dia 17 adoptar a tese de que a lei de liberdade religiosa apenas se aplicará às confissões minoritárias presentes em Portugal e não à Igreja Católica.

Em conferência de Imprensa no final da reunião da Comissão Permanente do PS, José Lamego sublinhou que a decisão da direcção apenas «reconduz o partido aos propósitos iniciais do autor do projecto de

lei sobre liberdade religiosa».

Segundo José Lamego, Vera Jardim, enquanto ministro da Justiça e, agora, na qualidade de deputado do PS, «teve sempre como objectivo preencher um vácuo do Direito português no que se refere às relações entre o Estado e as confissões minoritárias».

«O projecto de lei do PS sobre liberdade religiosa não irá usurpar ou absorver regimes de regulação que são do direito concordatário e, como tal, matéria de tratados internacionais», sustentou o dirigente socialista, deixando claro que a posição oficial do partido do Governo é a de isentar a Igreja Católica do cumprimento da futura legislação.

De acordo com o secretário nacional do PS para as Relações Internacionais, a nova lei de liberdade religiosa deverá «limitar-se a regular as relações entre o Estado e as confissões minoritárias, colmatando uma lacuna jurídica importante».

«Em Portugal não há qualquer questão religiosa com a Igreja Católica. A interpretação que o cardeal patriarca fez da lei de liberdade religiosa coincide com a nossa, já que também entendemos que a Concordata celebrada entre o Estado Português e o Vaticano tem um carácter vinculativo», sustentou José Lamego.

Na reunião da Comissão Permanente do PS foram também analisadas questões relacionadas com as próximas eleições autárquicas, as mais recentes medidas do Governo de combate à sinistralidade nas estradas e o congresso do partido (entre 4 e 6 de Maio em Lisboa).

## 126 MIL MILITANTES VÃO ELEGER 2500 DELEGADOS E O SECRETÁRIO-GERAL

**O** processo para o XII Congresso Nacional do PS arranca hoje, com o início da eleição directa de 2500 delegados, afectos a três moções globais, e do secretário-geral do partido.

Durante os três dias de votações, que terminam a 22 de Abril, uma das principais dúvidas reside em saber se a moção de estratégia global de António Guterres, intitulada «PS: uma aposta de futuro», terá no congresso a concorrência das propostas subscritas pelo ex-deputado Henrique Neto e pelo militante de Lisboa António Brotas.

Para que as moções de Henrique Neto (denominada «Portugal Primeiro») e de António Brotas (sob o lema «Socialismo em Democracia») possam ser discutidas e votadas em congresso, terão de conseguir

no mínimo o apoio de 50 dos 2500 delegados a eleger nas eleições internas do PS.

Ao contrário do que aconteceu há dois anos, o XII Congresso do PS recuperou o sistema de eleição de delegados criado pelo líder histórico do partido, Mário Soares, em 1981, quando defrontou a corrente do ex-Secretariado, que integrava nomes como os de António Guterres, Jorge Sampaio, Salgado Zenha e Vítor Constâncio.

Este sistema de regras, que vigorou até 1992 - ou seja, até ao congresso em que os actuais primeiro-ministro e Presidente da República disputaram a eleição dos socialistas - obriga os militantes candidatos a delegados a vincularem-se logo à partida a apenas uma das moções globais.

Por outras palavras, ao contrário do que

aconteceu em 1999 com as moções de António Guterres e do vice-presidente da Assembleia da República Manuel Alegre, que foram consideradas complementares, no próximo congresso, as propostas de estratégia global para o partido terão de obter o apoio mínimo de 50 delegados e serão votadas em alternativa.

No entanto, dentro de cada núcleo ou secção de base dos socialistas, continuará a ser possível o aparecimento de várias listas de candidatos a delegados concorrentes em apoio da mesma moção.

Além dos 2500 delegados eleitos pelas bases, importará ainda juntar mais 500 com inerência e direito a voto no congresso.

Pelos estatutos do PS têm direito a inerência ao Congresso os membros do Governo filiados no partido, os presidentes

de federações distritais, os membros das Comissão Nacional e do Secretariado Nacional, assim como dirigentes da Comissão Nacional da JS e do Departamento das Mulheres Socialistas.

Já no Congresso, os três mil delegados com direito a voto vão eleger o presidente do partido e a futura Comissão Nacional do PS, órgão constituído por 261 efectivos e, pelo menos, 131 suplentes.

Outra regra em vigor entre os socialistas é o respeito pela quota de 25 por cento destinada a mulheres e que se aplica tanto às listas de candidatos a delegados ao congresso, como às eleições para órgãos internos dois socialistas.

Esta regra, aprovada no Congresso de 1999, obriga a que, em cada série de quatro lugares, conste sempre o nome de uma mulher.

## A «AGENDA POLÍTICA»



**C**om alguma insistência temos assistido nos últimos tempos a um interessante debate, que em síntese, se pode caracterizar por: Quem marca a agenda política, quem define os temas que determinam o comportamento das várias instituições políticas?

Para alguns, o Governo e o PS andam sistematicamente a reboque das iniciativas programáticas de outros partidos, em particular do Bloco de Esquerda. O último caso teve lugar na semana passada quando o PS viabilizou a Lei de Bases da Família apresentada pelo PP.

Como é óbvio, o PS, não tendo maioria absoluta, necessita de encontrar pontes para outras áreas para fazer viabilizar as suas políticas. Saliente, no entanto, as suas políticas (do PS).

Do meu ponto de vista, a questão deve ser colocada de outra forma.

O PS, com 115 deputados, com 44 por cento dos votos nas eleições legislativas, tem a obrigação de «comandar» a designada Agenda Política colocando nela o seu programa, os seus compromissos ou seja, as medidas para os problemas centrais que preocupam os portugueses.

Será que é correcto, um Partido que está no poder há quase seis anos, como alguns dizem, ser condicionado por interesses estratégicos de outros, criando assim problemas de afirmação na sociedade?

Será que esta situação é inevitável por não haver outros temas mais apelativos?

Será que o tacticismo está a ganhar terreno às convicções?

Vejamos três exemplos concretos que se



verificaram esta semana e que no Governo, no Parlamento e no PS não tiveram a devida repercussão.

1- Baixaram as taxas de juro para a habitação e o preço do gás. Isto vai implicar que centenas de milhares de portugueses vão melhorar um pouco a sua vida;

Se fosse o contrário, se tivesse havido um aumento, a oposição teria colocado a questão na «Agenda Política» e o líder do PP salientaria os custos para a conhecida «Família Rodrigues».

2- Foi anunciado que o desemprego baixou e o emprego aumentou.

Portugal consegue uma das mais baixas taxas de desemprego das últimas décadas. Se tivesse sido ao contrário, a oposição esgotava o dia em conferências de Imprensa para entrar nos telejornais com

frases alarmistas.

3- Nos últimos dias, foi mostrado ao país pelo meu caro amigo e camarada João Soares, a demolição do Bairro da Musgueira e demonstrado, mais uma vez, a bem sucedida política de erradicação de barracas na cidade de Lisboa.

O presidente João Soares comprometeu-se neste mandato a erradicar os grandes bairros de barracas e a realojar os milhares de moradores que aí se encontravam. Prometeu e está a cumprir.

Depois do Bairro do Relógio e do Bairro Chinês chegou agora a vez das Musgueiras. Mais de duas mil barracas vieram abaixo.

Ao todo foram já construídas mais de quinze mil casas e realojadas mais de cinquenta mil pessoas. Reconhecemos que é obra realojar mais de cinquenta mil pessoas.

Não mereceria esta obra, que vai ao encontro

dos anseios e aspirações das pessoas que com isso ganharam também a sua dignidade de cidadãos, um pouco mais de força, marcando assim também a «Agenda Política» global?

Destes simples exemplos pode-se concluir, com facilidade, que é possível, é necessário, é urgente, o PS marcar com mais acuidade a «Agenda Política». Para o conseguir não faltam iniciativas e soluções que dão resposta a muitos problemas dos portugueses.

A justiça social, a solidariedade, a equidade no acesso às oportunidades, a competitividade e a coesão, a saúde, e a educação. Deve-se ainda referir a Reforma da Administração Pública, a descentralização e a desconcentração.

O PS tem este desafio à sua frente. O Governo, o Grupo Parlamentar e o PS devem de forma coordenada analisar esta situação com rigor. Devem tomar as medidas adequadas, corrigir o que não está bem e se isso for feito sem atirar «pedras» a alguém, então estão no bom caminho e conseguirão, estou certo, alcançar os objectivos.

Mas sempre tendo em conta as ideias e as convicções. Nunca com qualquer outro valor que não deve, nem pode, fazer parte do rumo do PS.

Muito menos, conforme faz a oposição que se esgota em dar eco às manchetes dos jornais e aos títulos de abertura dos telejornais. Ao vazio da oposição, o PS tem de ser capaz de contrapor as medidas que vão ao encontro das necessidades e das aspirações dos Portugueses.

## EXECUTIVOS MAIORITÁRIOS

**E**stá na mesa de trabalhos dos partidos o estudo para alteração da lei eleitoral para as autarquias e foi mesmo o tema mais saliente do primeiro-ministro na sua intervenção no Congresso da ANMP, ainda que os autarcas presentes não tenham achado muita graça à ideia.

Eu, cá por mim, aprovaria a alteração legislativa que levasse à possibilidade de formação de executivos municipais maioritários (monopartidários ou não, ou mesmo não partidários).

Sou de opinião que a lei eleitoral para as autarquias poderia (deveria) ser alterada de alto a baixo de forma a permitir que o partido (ou junção de partidos) ou grupo de independentes vencedor (absoluto ou relativo) formasse governo municipal. Tal implicaria que deixasse de haver candidaturas para a Câmara Municipal, mas haveria como nas legislativas nacionais, listas de candidaturas à

Assembleia Municipal e ficava implícito que o cabeça de cada lista (partidária ou independente) seria o candidato à chefia do governo municipal. O cabeça-de-lista mais votada seria, logo que confirmados e publicados os resultados eleitorais, indigitado presidente da Câmara e convidado a formar executivo e programa de governo que teria de ser discutido e aprovado pela Assembleia Municipal, de que dependeria e perante a qual responderia, ficando sujeito a moções de censura ou confiança com as consequências inerentes Como no governo da República. E poderia ser obrigado a negociar consensos para se manter.

Os vereadores seriam escolhidos pelo Presidente indigitado, podendo recrutá-los onde melhor entendesse, dentro ou fora da Assembleia, do seu grupo ou de fora, mantendo os equilíbrios indispensáveis à sua consolidação e manutenção Os presidentes de Junta deixaria de ser

membros inerentes da Assembleia Municipal, devendo constituir-se em Associação de Juntas, ficando, ou não, o presidente dessa associação como representante de todas as juntas do município no órgão legislativo municipal.

Será racional pensar-se que os membros da Assembleia Municipal manteriam o estatuto que hoje têm, isto é, não passariam a políticos profissionais, como já tem sido aventado. Reuniriam em datas determinadas (seis, oito, dez ou doze vezes por ano) ordinariamente e extraordinariamente quando algo o justificasse. O legislador encontraria a fórmula ideal e a regra poderia não ser igualmente seguida em todos os municípios, porquanto um de 150 mil habitantes teria, possivelmente, de adoptar normativos diferentes de outro de 10 mil municípios. Todo o restante articulado da lei seria adaptado à nova situação, como poderes dos órgãos, responsabilização dos eleitos, etc.

No que às Juntas de Freguesia respeita, tudo poderia ficar como está, podendo talvez o executivo ficar dependente da e responder perante a Assembleia de Freguesia, isto é, uma maioria na Assembleia poderia destituir a Junta, o que agora não é possível.

E já agora, visto ser entendimento quase geral que se abra o acesso a listas independentes para os municípios, os partidos tradicionais que se cuidem, porque pessoas conhecidas e influentes e capazes que os partidos não souberam captar, poderão aparecer e, em muitos casos, vão governar as Câmaras. Não acham?

Isto é assunto que está na ordem do dia. As comissões políticas concelhias e distrital partidárias têm discutido o assunto para, tiradas conclusões, darem aches aos grupos parlamentares? Ou espera-se para, depois, se dizer que os tipos nunca foram autarcas e que só fazem burradas?

AMBIENTE

Mário Soares

## UM TESTE DE ALCANCE MUNDIAL



O que comanda hoje a política dos principais estados são os interesses. Os interesses económicos, nem sempre legítimos e de vistas curtas. O princípio democrático de que o poder político, por ser a emanção do sufrágio popular, está acima do poder económico é hoje irrisório, dadas as manifestações práticas da sua contínua derrogação, em quase todos os domínios de actividade. Numa sociedade mundial em que o principal valor é o mercado — logo o dinheiro — tudo o resto é secundário, não só as questões espirituais e morais, como os próprios imperativos da sobrevivência humana.

Vem isto a propósito da decisão escandalosa do Presidente Bush de, por forma unilateral e sem consulta prévia dos seus aliados, romper o chamado protocolo de Quioto, assinado em 1997, visando esta coisa simples e que ficou muito aquém das expectativas dos ecologistas então reunidos: a redução das emissões de dióxido de carbono responsáveis pelo chamado «efeito de estufa», causa do aquecimento da Terra e das substanciais alterações climáticas a que temos vindo a assistir nos últimos anos. Razão invocada por George W. Bush: os interesses dos Estados Unidos. Mas quais interesses? Os da população dos Estados Unidos, dos americanos no seu conjunto? Seguramente, não. Como disse a comissária europeia, Margot Wallström, na televisão sueca: os

interesses das companhias petrolíferas (que subsidiaram a campanha presidencial de Bush) e, porventura, dos que nelas trabalham por poderem vir a sofrer as consequências de uma eventual diminuição dos lucros... Já há muitos anos, no princípio do século passado, Henri Ford proclamava: «o que é bom para a General Motors é bom para os Estados Unidos» — frase emblemática que foi depois repetida à saciedade e ridicularizada em todo o mundo culto... Hoje, vai-se mais longe: o que é bom para as grandes companhias multinacionais, com sede nos Estados Unidos, é bom necessariamente para o mundo. O que representa uma manifestação falsidade, mesmo para a população americana, se considerada no seu conjunto. A desordem climática, causadora de catástrofes, pode vir a pôr em risco a existência de cidades inteiras situadas à beira-mar, em função do aumento das águas oceânicas provocado pelo aquecimento da Terra. O buraco do ozono é responsável pelo crescimento dos cancros e de outras doenças de pele nas populações mais expostas, por exemplo em Punta Arenas, a cidade mais a sul do hemisfério sul. Não se trata de meras hipóteses ou de simples possibilidades: são conclusões irrefutáveis a que a ciência chegou. Contudo, que importância tem isso para o Governo do país que é o maior poluidor do planeta e que maior volume de emissões de dióxido de carbono produz? Aparentemente nenhuma, apesar de

a opinião pública americana estar advertida do perigo e de terem surgido furiosos protestos nos meios científicos e ambientalistas da sociedade americana e de se terem erguido vozes tão responsáveis e conhecidas como as do ex-presidente Carter, do astronauta John Glenn, do actor Harrison Ford, da cientista Jane Goodall ou do presidente da empresa Celera Genomics, Garig Venter...

Se reflectirmos bem, na base dos grandes desafios (e preocupações) com que hoje se defronta a humanidade, neste começo de século, está a nefasta concepção do primado do lucro pelo lucro e dos interesses imediatos dos potentados, por mais ilegítimos que sejam. A desordem ecológica, que aflige tantas associações ambientalistas, tem a ver com isso e só com isso. A poluição sonora, a poluição do ar que se respira, a desordem urbanística, a contaminação dos oceanos tomados a lixo da terra, a escassez da água potável, transformada em mercadoria em vez de ser concebida como inalienável direito humano...

O tráfico de drogas — bem como de armas, incluindo as nucleares — ou o comércio horrível de órgãos humanos, têm na origem a sede do lucro e o peso do dinheiro. Pense-se na lavagem do chamado «dinheiro sujo» e na facilidade com que está a entrar nos fluxos financeiros que se movimentam no mundo à velocidade da luz!

O que provocou a tão temida doença das

vacas loucas (BSE) — e que atinge hoje tantos outros alimentos de primeira necessidade — não foi essa mesma cultura do lucro pelo lucro, que levou as grandes multinacionais agro-alimentares a utilizar farinhas animais deterioradas para dar de comer aos herbívoros...?!

A União Europeia, como sabemos, não está isenta de responsabilidades na matéria. O «pensamento único», politicamente correcto, que prega as virtudes da chamada «nova economia», não insinua continuamente essa mesma orientação, que conduz à «teologização do mercado» e ao dinheiro como o valor supremo?! Contudo, em relação à decisão de Bush, os ministros do ambiente dos Quinze, reunidos em Kiruna, na Suécia, reagiram bem, embora com «nuances», liderados pelo ministro holandês Jan Bronk (que também preside à Conferência da ONU sobre o clima) e pelo anfitrião sueco, Kjell Larsson. Decidiram enviar uma delegação a Washington com a intenção de convencer Bush a voltar atrás na decisão tomada, que, além de mais, põe em causa a segurança das negociações internacionais livremente assumidas.

Veremos o que se irá passar. Se as comunidades científica e ecológica, sobretudo nos Estados Unidos, se fizerem ouvir suficientemente, nem tudo estará perdido... Tenhamos esperança e não desistamos do combate.

In «Expresso», 7/4/2001

PERSPECTIVA

Helena Roseta

## A VIOLÊNCIA NA CIDADE



Uma das maiores desigualdades da actual sociedade portuguesa é a que se estabelece entre urbanos e suburbanos, entre quem habita nos centros, perto de tudo, e quem tem de se deslocar várias horas por dia para chegar ao emprego. A forma distorcida como têm funcionado os mercados imobiliários a isso conduziu: centros em queda demográfica por vezes acelerada, como é o caso de Lisboa, arredores em crescimento descontrolado. As famílias jovens, que tanta falta fazem para a renovação do tecido social, são expulsas para as periferias. Ou se endividam para o resto da vida ou aceitam viver em bairros pobres e distantes, onde os problemas se acumulam e onde não há qualquer possibilidade de proporcionar aos filhos quadros de vida harmoniosos. Cidades que envelhecem, subúrbios cheios de jovens e de dificuldades, eis um retrato do nosso desordenamento que não pode deixar de potenciar conflitos e violência.

Local de paradoxos e contradições, a cidade, aparentemente, tudo oferece. O paraíso parece estar à mão na omnipresente

publicidade e nos megacentros comerciais. Na realidade, só alguns têm poder de compra para o alcançar. Por isso a cidade atrai e exclui ao mesmo tempo. O sentimento de frustração é maior nas camadas mais jovens, que se impacientam com o fosso que as separa do acesso ao mundo dourado do consumo. É aí que muitas vezes nasce o germe da revolta e o instinto da destruição.

A escola não pode colmatar sozinho os défices de bem-estar e equilíbrio pessoal que se vivem em inúmeras famílias. Os traumas da violência doméstica e da exclusão social, por vezes associados, são difíceis de curar. Se é preciso educar as crianças, também é preciso actuar junto das famílias. «Passo o dia fechado na rua», dizia há tempos um miúdo, residente num dos bairros mais complicados da cidade de Setúbal. A mensagem é evidente: quando em casa não há ninguém, a rua passa a ser a casa. É na rua que se aprendem os códigos de grupo, as práticas de iniciação que sempre incluem provas de coragem contra o *statu quo*. Os bandos de jovens fazem da rua a sua escola. E aí conhecem

todos os curtos-circuitos para chegar cada vez mais longe no risco e no desafio. O dinheiro fácil é a grande tentação das vidas difíceis. Por isso é também aqui que o tráfico de droga recruta uma parte dos seus agentes. Menores, cada vez mais novos e cada vez mais violentos, difíceis de «apanhar».

A cidade vai gerando, ela própria, tensões e conflitos que se transformam em factores de violência. É uma violência o tempo que se perde no trânsito e nos transportes e o modo perigoso como se conduz. É uma violência o nível de ruído ou a degradação de certos prédios, vetustos ou abandonados. É uma violência que persistam pessoas sem casa, quando há milhares de casas fechadas porque o mercado não compensa a sua preservação e utilização. É uma violência incentivar a mão-de-obra imigrante, porque sai barata, mas recusa às respectivas famílias condições de alojamento ou nem sequer as admitir na vizinhança. A lista de violências poderia alongar-se, mas o que importa reter é que a própria cidade tem de passar a ser local de aprendizagem e

de cidadania. É disso que trata o programa «learning cities», lançado pela UNESCO. Reconheço que a expressão é difícil de reproduzir em português. Mais difícil é olhar para a cidade desse modo: como escola, ela própria, da solidariedade contra a violência. É também disto que devemos exigir que se fale na próxima campanha autárquica.

É verdade que têm sido lançados programas, a nível social e habitacional, para fazer frente a alguns destes problemas. Mas falta uma visão estratégica de conjunto. Para combater a insegurança na cidade, é preciso mais policiamento, com certeza. Mas isso não chega. É preciso actuar nas periferias, nas escolas, junto das famílias. É preciso trazer de novo os jovens para o coração da cidade. As nossas cidades, como escreveu Teófilo Pereira, precisam de ser repovoadas. É tempo de privilegiar a habitação para as novas famílias e de conjugar a intervenção estatal, municipal e particular com esse objectivo. Ignorar isto é não compreender onde nasce e como cresce a violência nas cidades.

In «Visão»





## A PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS É FUNDAMENTAL PARA O FUTURO DA PESCA\*

«O peixe tornar-se-á um produto raro e de luxo antes da transformação da aquacultura e do equilíbrio do mar (...).»

Jacques Attali

in «Dicionário do Séc. XXI»

**C**om uma Zona Económica Exclusiva de mais de 1,7 milhões de km<sup>2</sup>, as actividades ligadas ao mar sempre foram determinantes para Portugal e, em particular, a pesca como fonte de abastecimento alimentar e como fonte de rendimentos e vector de sustentabilidade para as inúmeras comunidades piscatórias ribeirinhas espalhadas pela costa, cerca de 180, só em Portugal continental.

Por isso, a importância do sector das pescas e da aquicultura não pode ser avaliada apenas em função das capturas da frota nacional ou da produção de aquicultura. De facto, no que se refere às capturas, estas atingiram, em 1999, cerca de 210 mil toneladas, e a produção de aquicultura 7,7 mil toneladas, valores que representam apenas uma pequena parte das 7873 mil toneladas produzidas pela União Europeia (2,7 por cento), das quais 1334 mil toneladas provenientes da aquicultura, cerca de 6,7 por cento do total da produção mundial (valores de 1998).

Sobretudo importa sublinhar o impacto social da pesca e das actividades a ela ligadas, sendo hoje comum afirmar-se que a política de pesca é uma política de coesão social.

Actualmente, é determinante a pequena pesca que representa 91 por cento do total da nossa frota, num total de 9911 embarcações registadas até aos 12 metros de comprimento de fora a fora.

Dificuldades na obtenção de possibilidades de pesca nos pesqueiros tradicionais do Atlântico Norte e do Atlântico Sul determinaram reduções significativas da frota da pesca longínqua, que conta actualmente com cerca de 60 embarcações, operando no quadro de acordos comunitários, ao abrigo de parcerias empresariais ou em águas internacionais. O alargamento das Zonas Económicas Exclusivas para as 200 milhas, a partir de 1976, foi determinante para esta redução, até porque com este alargamento 85 por cento dos recursos halieúticos à escala mundial deixaram de estar em zonas de pesca livre.

Também, por esta razão, assume cada vez mais relevância a actividade praticada na Zona Económica Exclusiva nacional. Mesmo no caso da reconversão da frota de Marrocos, nega-se que a pressão é sobre novos licenciamentos nos recursos na nossa Zona Económica Exclusiva e menos sobre a deslocação para outros pesqueiros e recursos externos.

Este é, aliás, um ponto muito importante:

A preservação dos recursos é fundamental para o futuro da pesca e dos pescadores. Já em 1975, num encontro político-partidário aqui realizado, se defendia que a modernização implicava menos embarcações, mais seguras e eficazes, com menos tripulantes. Ao nível comunitário a rarefacção dos recursos levou

à adopção dos Programas de Orientação Plurianuais para a Frota, estabelecendo, por Estado membro, limites para a tonelagem e potência. Há mesmo quem na Organização Mundial de Comércio, e nalguns Estados-membros, defenda pura e simplesmente o fim das ajudas públicas à construção de novas embarcações (o novo regulamento fundos comunitários condiciona ainda mais a renovação). Por isso, centrar o debate no número de embarcações é esquecer a maior eficácia das novas embarcações e de novos equipamentos, e colocar em segundo plano uma gestão sustentável dos recursos. A gestão dos recursos continua a exigir ajustamentos no esforço de pesca. É importante sim garantir melhor retribuição pelo esforço de pesca repercutindo, nos pescadores, o melhor preço do peixe.

Não sendo as capturas da pequena pesca muito significativas em quantidade (sendo, porém, conhecida a dificuldade de colheita de dados estatísticos neste segmento), em termos de emprego, ela dá ocupação a cerca de 63 por cento do total da população matriculada na pesca, o que lhe confere um papel muito importante na dinamização das comunidades da zona litoral.

Este é o segmento da frota onde os equilíbrios são ainda mais frágeis, dependendo dos recursos mais costeiros que evoluem em ecossistemas mais complexos e mais susceptíveis de sofrer pressões exteriores, como a poluição, a exigir a moderação da actividade extractiva por parte de uma frota de dimensões reduzidas e com fraca capacidade de diversificação associada a empresas mais ou menos familiares e de reduzida capacidade financeira.

É precisamente porque a pesca tem um estatuto particular baseado na coesão económico-social que um dos objectivos do Governo é o reforço da intervenção social, aspecto que, a nível comunitário, apresenta melhorias evidentes no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio, que estará em vigor até 2006, nomeadamente no que se refere à reconversão e mobilidade profissional, prevendo ainda a comparticipação comunitária em paragens de pesca em determinadas situações, na qual foi possível integrar a paragem biológica da sardinha e a imobilização das embarcações de Marrocos. Exigindo, a melhoria da competitividade do sector, uma frota adaptada aos recursos disponíveis, é vital a reestruturação da frota arrasto de crustáceos está praticamente renovada, é necessário fazê-lo no cerco, embora com reduções a nível do emprego, assumindo-se que os apoios comunitários são indispensáveis a um sector que não se pode regular por uma simples economia de mercado, dadas as envolventes sociais e as necessidades de gestão de recursos vivos, finitos e livres, do assegurar de práticas de pesca responsáveis e da manutenção da biodiversidade e das condições dos ecossistemas. Tenho dito, e aqui repito: não é possível transformar a água em peixe.

A este nível, o sector deve assumir, com responsabilidade, a necessária participação

na gestão dos recursos e, em particular, as Organizações de Produtores que, nos últimos quatro anos e, nomeadamente, no que se refere à pesca da sardinha, desempenharam um papel activo, construtivo e eficaz.

Mas não é apenas a nível da gestão dos recursos que todos os intervenientes têm de ser mais activos. A competitividade do sector exige uma maior integração vertical da actividade, a diversificação e a valorização dos produtos da pesca e a garantia de qualidade, num modelo de desenvolvimento sustentado e de segurança alimentar.

Considerando o peso da pequena pesca, com as fragilidades já apontadas, o papel das Associações e Organizações de Produtores é ainda mais importante na dinamização das actuais empresas familiares «de subsistência», no desenvolvimento de estruturas dinâmicas, com peso negocial e capacidade de intervenção a nível do mercado, incluindo a 1<sup>a</sup> venda, através de contratos.

Na formação, ao nível da pequena pesca importa dar especial atenção à profissionalização e valorização dos trabalhadores da pesca, por forma a tornar a profissão mais atractiva e a permitir o rejuvenescimento do sector. O regime jurídico do trabalho a bordo de embarcações constitui um importante passo para os trabalhadores da pesca no sentido da garantia dos seus direitos, mas, a par com melhores condições de vida e de trabalho a bordo, é necessário melhores condições remuneratórias, reforçando o diálogo social. Entendo que a base remuneratória fixa se deve progressivamente aproximar do salário mínimo nacional e só a partir deste ser apurada a percentagem de pesca. É um processo gradual mas incontornável.

A aquicultura, apesar de ser uma actividade muito antiga no Continente, quer em água-doce (tanques) quer em água salgada (salinas), nunca contribuiu significativamente para a produção, como forma alternativa de abastecimento alimentar (5 por cento em 1999). Dominando a produção de bivalves nas zonas lacunares do Algarve, a piscicultura marinha, em especial a dourada e o robalo, têm vindo a aumentar a sua importância, denotando melhorias na qualidade da água, nas técnicas de manejo, na profilaxia sanitária, no aprovisionamento de juvenis e nas rações. Um melhor aproveitamento das boas condições naturais, que existem em Portugal, juntamente com uma maior articulação entre os privados e a administração das pescas, autoridades marítimas e portuárias e estruturas do ordenamento do território e conservação da natureza, bem assim com a melhoria da qualificação profissional, e a intensificação ponderada dos sistemas de produção poderão levar a um crescimento rápido do sector.

Na aquicultura, como na pesca e, aliás, também na indústria, a melhoria da competitividade passa por uma maior organização do sector centrada nos mercados e, ainda, uma diversificação da produção, melhoria da qualidade, certificação e garantia da salubridade, com consequentes vantagens a nível da valorização dos produtos.

Numa sociedade onde predomina o consumo pelo impulso, dominado pelas estruturas de distribuição alimentar, - a indústria para manter um produto de conservas «em linha», tem de garantir o crédito do mesmo - a rotulagem, que generalizaremos a partir de 2002, reforçará a transparência e a informação ao consumidor. A diferenciação, com marcas próprias, a identificação geográfica dos produtos, a qualidade na produção e dos produtos do mar são outros desígnios fundamentais para a competitividade do sector.

A nível da formação reconhece-se que as maiores carências não se situam ao nível da actividade da produção, mas nos sectores a jusante e que são determinantes para a melhoria da produtividade e competitividade do sector: manuseamento de pescado, comercialização, «marketing», técnicas de preparação de alimentos, qualidade e segurança alimentar, gestão, entre outros.

Finalmente não pode deixar de ser referido o papel das instituições científicas em geral e do IPIMAR em particular, que tem procurado, ao longo dos anos, e numa abordagem multidisciplinar, melhorar os conhecimentos existentes sobre os ecossistemas em geral e sobre os processos que interferem na produção da aquicultura ou determinam a abundância dos recursos. Ao nível do ordenamento das pescarias foram feitas intervenções piloto, como a implementação de recifes artificiais na costa algarvia, destacando-se, no que se refere à aquicultura, a implementação de uma estação piloto de aquicultura. Determinante para o desenvolvimento e inovação é o estreitamento de ligações com o sector, que o IPIMAR tem procurado protagonizar.

Aliás, em termos orçamentais, com o recurso ao Orçamento de Estado e a fundos comunitários o orçamento de investimento anual do IPIMAR é hoje o dobro do que se registava em 1995.

Voltando a Attali e ao seu «Dicionário do século XXI»:

«O Mar deverá alimentar parte importante da humanidade. Para tal será necessário regulamentar severamente a pesca, proteger as espécies em risco de desaparecimento e desenvolver a aquicultura.»

No nosso entendimento, estão criadas as condições para que o sector evolua no sentido de objectivos que devem ser os de todos nós: o desenvolvimento sustentável do sector, a exploração responsável dos recursos, uma aquicultura compatível com o meio ambiente, a melhoria da competitividade, uma repartição mais equitativa dos rendimentos e a melhoria das condições económicas sociais do sector. Existe uma estratégia do desenvolvimento do sector, sopesando a gestão dos recursos com as políticas sociais, porque os pescadores e as suas famílias, as gentes do mar têm uma importância social, cultural e política, que é muito superior ao peso económico do sector.

\*Intervenção do secretário de Estado das Pescas. Relatório final da INOFOR Matosinhos, 11 de Abril de 2001, sobre Pescas e Aquicultura

## LIBERDADE RELIGIOSA: PELA IGUALDADE OU PELO PRIVILÉGIO?

**A**s relações entre o Estado e a Igreja Católica continuam a reger-se tendo como matriz a Concordata de 1940 (ainda que alterada em 1975 no aspecto pontual mas altamente relevante do levantamento da proibição do divórcio civil de casamentos celebrados sob forma canónica), aprovada num tempo profundamente marcado pelo carácter «antidemocrata» e «antiliberal» do regime que a celebrou para citar palavras insuspeitas do Deputado Sá Carneiro, nos longínquos tempos de 1971, preconizando, já então, a revisão concordatária devido às suas muitas disposições «obsoletas».

Foi, aliás, sob o carácter autoritário do «Estado Novo» que a Constituição de 1933 voltou a estabelecer oficialmente a religião católica como «religião tradicional da Nação Portuguesa» e o privilégio histórico das relações concordatárias com a Santa Sé. Em tal contexto, em 1971, uma lei de bases relativas à liberdade religiosa insistiria em consagrar o regime concordatário como o regime especial das relações entre o Estado e a IC.

Em nítido contraste democrático, a Constituição de 1976 apresenta-se tributária do princípio da laicidade, integra no núcleo dos direitos liberdades e garantias a liberdade de consciência, de religião e de culto e vincula o Estado a um dever de neutralidade em domínios tão relevantes como os da educação e cultura, assegurando que o ensino público não será confessional.

É neste quadro que pareceu revelar actualidade a apresentação de uma iniciativa de lei denominada da liberdade religiosa. Como o título inculca, deveria tratar-se de um diploma apto a regular tal regime jurídico de forma actualizada. Tanto mais que os autores da iniciativa logo afirmavam, na sua justificação de motivos, que os (anteriormente citados) textos legislativos concebidos no quadro constitucional de um regime de governo antidemocrático, articulam um entendimento da liberdade religiosa e da separação entre o Estado e as religiões inconciliável quer com a Constituição quer com a doutrina católica firmada no Concílio Vaticano II, as quais são entre si coincidentes na matéria.

Como quer que seja, o processo escolhido foi radicalmente diverso do prosseguido por outros Estados de tradição concordatária Itália, Espanha que, em conformidade com as suas Constituições democráticas, encetaram a revisão do regime jurídico da liberdade religiosa precisamente pela revisão das respectivas Convenções e Acordos com a Santa Sé. Compreende-se o desígnio de Italianos e Espanhóis: evitar tanto o melindre de uma revisão eventualmente sobressaltada das regras de relacionamento entre os respectivos Estados e a Igreja como



impedir qualquer capitis deminutio da soberania democrática, se colocada na situação de legiferar com limitações derivadas de relações especiais de poder. Ora, é precisamente neste ponto que começam os problemas. No ponto exacto em que, com meridiana clareza, ouvimos na voz autorizada do Sr. Cardeal Patriarca que o Parlamento não é sede própria para definir modos de regulação das relações entre o Estado e a IC. O que, evidentemente, equivale a considerar que lei geral da República não é instrumento idóneo para estabelecer normativos aplicáveis à Igreja.

Impõe-se, por isso, perguntar: que fundamento democrático pode justificar que um órgão soberano se destitua do dever de legislar de forma geral e abstracta em domínios que ou têm natureza de direitos, liberdades e garantias ou de normas comuns destinadas a colocar o Estado numa situação, mesmo quando de cooperação, de neutralidade e de não ingerência em relação às confissões religiosas e às suas práticas de missão e de culto?

A verdade é que se a Assembleia da República legislar de forma parcial, não regulará o exercício da liberdade religiosa apenas para confissões minoritárias. Restabelecerá na prática o privilégio histórico de a IC predeterminar o quê e ditar o quando e o como das formas de regulação pública que se lhe referirem. Tudo, afinal, se voltará a passar como se nas relações institucionais entre o Estado

e a IC continuassem a vigorar as regras da Constituição de 33. Mau grado a Constituição democrática e o Vaticano III! Será, aliás, elucidativa uma identificação sumária de algumas das matérias mais simbólicas que a IC contesta que o legislador venha a estabelecer com aplicação geral:

- As disposições que regulam a assistência religiosa em situações especiais de constrangimento à mobilidade das pessoas, quadro em que o Estado assume uma dever de cooperação com vista a assegurar condições adequadas ao exercício da assistência religiosa, salvaguardando a lei que tal assistência deve processar-se com respeito pelo princípio da separação, visando evitar-se confusões desnecessárias entre a natureza das capelanias e as funções públicas;
- Os direitos reconhecidos aos ministros do culto perante as autoridades públicas, designadamente o seu estatuto de imunidades externas bem como o regime básico dos direitos sociais que o Estado lhes confere;

- A regulação do ensino religioso nas escolas públicas, assumindo o Estado o dever de respeitar os programas indicados pelas confissões religiosas bem como a indicação de confiança relativamente aos respectivos professores, a quem paga e assegura nos seus direitos, estabelecendo-se - em atenção à liberdade de consciência - que a educação moral e religiosa tem natureza opcional e não é alternativa relativamente a disciplinas curriculares e

em atenção, no limite, ao princípio constitucional da não confessionalidade do ensino a regra de que os professores encarregados do ensino confessional não devem cumular outra leccionação aos mesmos alunos (sem prejuízo da faculdade de ministrarem, fora da acumulação, outras disciplinas para que estejam habilitados), ressalvadas no entanto, ainda aí, as situações de impossibilidade de diversificação;

- O regime dos tempos de emissão religiosa nos serviços públicos de televisão e de rádio que prescreve a compatibilidade entre o princípio da representatividade e o princípio da tolerância.

Em síntese, tendo em conta que, a par da definição de normas gerais, nenhuma dificuldade foi levantada, por parte do legislador, à salvaguarda dos regimes especiais com abrigo concordatário, em face das reticências da IC permanece incontornável a questão principal.

O Parlamento do regime democrático bem poderia ter sido poupado, com prudência e sentido de Estado, ao lamentável risco de claudicar das suas próprias competências a benefício do primado da influência dos poderes ideológicos em face da autonomia do poder político.

Primeiro, se os governantes, como outros mais avisados, tivessem procedido à revisão do regime concordatário, conduzindo a que uma harmoniosa lei geral da liberdade religiosa, como corolário, viesse a reflectir igualdade e não dualidade de tratamentos.

Segundo, se, no processo preferido, salvaguardado escrupulosamente o ainda que obsoleto regime concordatário, a lei em todo o caso estabelecesse âmbito de aplicação geral às disposições reguladoras do exercício da liberdade religiosa que, tendo natureza universal, nada justifica que sejam aplicadas com discriminação.

Ao afirmar o que venho afirmando, e em conclusão, permito-me pedir outra vez de empréstimo as palavras de Sá Carneiro no contexto já citado: faço-o com a serenidade decorrente da consciência de ter cumprido um dever no caso, o dever de um legislador que se esforça por salvaguardar o princípio da igualdade e da não discriminação como o mais elementar dos princípios da justiça - ao abordar um assunto incómodo (...) certo de que, muito mais do que as opiniões de outrem a nosso respeito, importa o valor e o bom fundamento das nossas próprias opiniões. Importa, também, poder exprimir o inconformismo de quem acha que, na vida política, pessoas de acção e com o sentido da eficácia dos seus actos são precisas todos os dias. Mas que políticos de pensamento e acção, empenhados em dar testemunho coerente, sobretudo nas situações difíceis, dos valores democráticos do regime, são precisos muito mais.

In «Público», 18/04/01



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

**Pintura em Albufeira**

O Auditório Municipal exhibe, segunda-feira, dia 23, a partir das 21 e 30, o filme «A Sombra dos Abutres».

A autarquia local convida os mais pequeninos a juntar-se, no dia 25, no Parque Lúdico, para um momento de entretenimento no maior espaço de brincadeiras, convívio e encontro de gerações.

Entre as 15 e as 18 horas haverá mímica, malabarismo, andariños, escultura de balões e pintura de faces.

**Fado em Almodôvar**

Cidália Moreira, Carlos Matos, Manuel Martins, António Heleno, Ana Margarida e Liliana são os fadistas que actuarão, acompanhados pela guitarra de Pinto Varela e a viola de António José, na Noite de Fados programada para as 21 e 30 de hoje, no salão dos BVA

**Concerto em Fafe**

Hoje o pianista Bruno Belthoise apresenta-se ao público para um concerto musical a decorrer no Estúdio Fénix, pelas 21 e 30, no âmbito do «Raízes Ibéricas – Festival de Regiões».

O programa deste recital inclui obras de Francisco de Lacerda, Luiz Costa, Maurice Ravel e Alexandre Delgado. «O que as Mulheres Querem» (dias 21 e 22) «Capitães de Abril» (dia 23) e «O Gladiador» (dia 25) são as sugestões apresentadas pelo Estúdio Fénix para as sessões de cinema das 15 e 30 e das 21 e 30.

**Abril em Guimarães**

Um regresso ao PREC é a proposta do Carlos Martins Quinteto para assinalar os 25 anos de Abril. O espectáculo, marcado para o dia 24, às 21 e 30, no Auditório da Universidade do Minho, é uma revisitação de temas que se tornaram célebres à época, da autoria de José Afonso, Sérgio Godinho e José Mário Branco.

**Dança em Faro**

Hoje, às 21 e 30, não perca o «Super-Homem e Betty Bop», um espectáculo de dança com Francisco Camacho e Carlota Lagido, a decorrer no auditório do Conservatório.

No âmbito da sessão inaugural da Biblioteca Municipal António Ramos Rosa, a autarquia local promove, no dia 23, um espectáculo teatral da autoria de Filipe Ferrer – «As Pestanas de greta Garbo» – que também sobe ao palco do auditório acompanhado ao piano por Aníbal Madeira, a partir das 22 horas.

**Cinema em Lisboa**

Um ciclo de cinema soviético, particularmente dirigido aos melómanos, mas capaz de congregar igualmente os cinéfilos, será exibido no Salão Foz, até ao dia 26.

Durante alguns dias, será possível ver, naquele espaço do Palácio Foz, na Praça dos Restauradores, as adaptações ao cinema de seis das mais notáveis óperas da história da música russa: «Khovantchina», «Boris Godunov» (de Mussorgski), «A Dama de Espadas», «Eugene Oneguín» (de Tchaikovski), «O Príncipe Igor» (de Borodine) e «Katherina Izmailova» (de Chostakovitch).

**Son cubano em Loulé**

No âmbito das comemorações de mais um aniversário da Revolução dos Cravos, a Câmara Municipal promove, na próxima quarta-feira, pelas 22 horas, um espectáculo com Vitorino e os Septeto Habanero, no Pavilhão do Nera.

No dia 24, a partir das 21 e 30, o jardim da Casa Moura será palco do concerto dos The Texabilly Rockers.

**Conferência no Montijo**

Mário Soares dará uma conferência subordinada ao tema «O 25 de Abril – Desafios e Conquistas», amanhã, às 16 e 30, no auditório da Assembleia Municipal.

**Poetas em Portimão**

O Boa Esperança Atlético Clube Portimonense acolhe, amanhã, sábado, dia 21 e 30, o III Encontro de Poetas, a partir das 21 e 30.

No domingo, 23, à mesma hora e no mesmo local, poderá desfrutar de um concerto a cargo do Grupo Coral.

No dia 24 (segunda-feira), às 21 e 30, o Auditório Municipal será palco do espectáculo «Baladas Bailadas», um evento que contará com *performances* vocais, bateria, piano, contrabaixo e dança.

**Tasquinhas em Santo Tirso**

A Praça 25 de Abril foi o local escolhido para receber a VI Feira das Tasquinhas, que vai decorrer de 24 de Abril (a inauguração está marcada para as 18 e 30) até ao dia 1 de Maio.

O certame inclui, ainda, três iniciativas paralelas e complementares: um programa de animação musical (diário); uma mostra de vinho verde engarrafado (diária) e um concurso concelhio de vinho verde engarrafado e da produção (realiza-se no último dia do certame e vai estar aberto aos vitivinicultores do concelho que podem pôr a concurso os seus vinhos verdes nas categorias de branco, tinto e espadeiro».

**Teatro em Sintra**

Arranca hoje, a IX Mostra de Teatro das escolas de Sintra, um evento que se prolongará até ao dia 11 de Maio.

O certame começará com a representação da peça «Biblioteca Assombrada», a cargo dos alunos do ATL – Actividades de Tempos Livres da Escola Básica n.º 4 de Sintra, às 11 horas.

Ainda hoje, às 21 e 30, poderá apreciar a peça «As Vedetas», na Escola EB 2,3 Ruy Belo, em Monte Abraão.

De referir que a mostra integra a iniciativa «Sintra Teatro 2001», que engloba, igualmente, o XII Festival de Teatro de Sintra» (a decorrer entre 27 de Abril e 26 de Maio).

SUGESTÃO

**I FESTIVAL NACIONAL DE ROBÓTICA**

O primeiro festival nacional de robótica vai decorrer em Guimarães, entre 25 e 28 de Abril, visando promover desenvolvimentos científicos e técnicos nesta área e motivar os jovens para a aprendizagem experimental das ciências.

O Robótica 2001 está a ser organizado pelo Grupo de Robótica da Universidade do Minho, em colaboração com a Universidade de Aveiro e o Instituto Superior Técnico. O festival terá três partes: uma competição de robótica móvel onde cada robô tem de fazer uma prova cronometrada, uma mini-conferência onde serão apresentados os trabalhos realizados em Portugal na área da robótica móvel e industrial e várias demonstrações de robôs construídos por investigadores nacionais.

A entrada é livre e a organização, que conta transformar este festival num evento anual, espera uma grande afluência de público tanto para assistir às competições (realizadas à noite) como para ver as demonstrações dos vários robôs.

As inscrições na competição ou mais informações sobre o festival poderão ser obtidas na Internet, em [www.robotica.dei.uminho.pt/robotica2001](http://www.robotica.dei.uminho.pt/robotica2001).

**POEMA DA SEMANA**  
*Seleção de Carlos Carranca*

**Com fúria e raiva**

Com fúria e raiva acuso o demagogo  
E o seu capitalismo das palavras

Pois é preciso saber que a palavra é sagrada  
Que de longe muito longe um povo a trouxe  
E nela pôs sua alma confiada

De longe muito longe desde o início  
O homem soube de si pela palavra  
E nomeou a pedra a flor a água  
E tudo emergiu porque ele disse

Com fúria e raiva acuso o demagogo  
Que se promove à sombra da palavra  
E da palavra faz poder e jogo  
E transforma as palavras em moeda  
Como se fez com o trigo e com a terra

**Sophia de Mello Breyner Andresen**  
*In «O nome das coisas», Junho de 1974*

Teatro Poético  
**O DIZER DA POESIA**  
com Nuno Miguel Henriques  
O Pátio das Ideias  
Companhia de Teatro Profissional  
23 de Abril  
Casa Municipal da Cultura  
COIMBRA



## BRASIL, ARGENTINA E ALCA

**1.** A política argentina, a partir da chegada de Domingos Cavallo às responsabilidades governamentais na área da economia quase paralisou o Mercosul e abriu um contencioso grave não só com a banca e os operadores económicos de São Paulo como com todo o poder económico e político brasileiro.

Entretanto, as pressões da Administração Bush no sentido de acelerar a criação da ALCA (que visa a criação de uma zona de livre comércio do Alaska ao Cabo Horn) criaram dificuldades suplementares no âmbito do Mercosul. Mas há contradições de base no actual funcionamento do Mercosul. Elas não radicam, contrariamente ao que disse Cavallo (hoje no poder), no facto de o Mercosul ser constituído por dois países enormes (Brasil e Argentina) e dois pequenos (Uruguai e Paraguai). Reside, sim, em nosso entender, no facto de a moeda

argentina, o peso, ser convertível e ter um funcionamento estreitamente associado ao dólar norte-americano.

2.- A reacção que as medidas económicas argentinas provocaram no Brasil não foram só humorísticas (Cavallo e Marx assegurando a Economia e as Finanças estimularam o humor brasileiro). O presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso adiou a sua viagem oficial ao México e o ministro Domingos Cavallo teve que se deslocar ao Brasil a anunciar as alterações às próprias medidas económicas que tinha anunciado dias antes (prejudicando, entre outros, o forte sector informático brasileiro). Entretanto, a Argentina pressiona para que o Brasil (que muito ganhou com a crise da BSE) altere as restrições que tinha estabelecido quanto às importações de carne argentina.

3.- Hoje, D. Cavallo tenta sair do

impasse em que a Argentina se encontrava, anunciando a ligação do peso argentino, em simultâneo, ao euro e ao dólar americano. O que sendo interessante em termos da zona euro e permitindo uma maior flexibilidade da política monetária argentina, provocou no imediato a queda brusca de diversos títulos na Bolsa de S. Paulo.

4.- Neste tempo de organização da economia mundial em grandes blocos regionais, aos sectores hegemónicos norte-americanos, como não interessou a criação do euro, também não interessa a consolidação do Mercosul. O que interessaria realmente era acelerar a criação da Associação de Livre Comércio Americana desde o Canadá ao extremo - Sul da América Latina. Por ora, algumas resistências sul-americanas fizeram recuar esse objectivo, mantendo-se a data de 2005 para a prevista criação da ALCA.

«Temos de corrigir aquilo que estamos a fazer»  
**Jorge Coelho**  
*A Capital, 18 de Abril*


«O PSD não tem ideias, não tem uma política de saúde. O PSD pega no líder parlamentar e faz oposição com base em factos»  
**Manuela Arcanjo**  
*Diário de Notícias, 18 de Abril*

«Só não é criticado quem nada faz»  
**Idem, ibidem**

«É uma vergonha estar-se a comprar serviços aos privados que os hospitais podem fazer»  
**Idem, ibidem**

«Tudo isto são irregularidades, não falo em fraudes, que geram défice. O que se passa é uma vergonha»  
**Idem, ibidem**

«Sempre fui tratada como alguém do PS, apesar de me considerar alinhada à esquerda no espectro político do partido»  
**Idem, ibidem**



Por favor remeter este cupão para:  
Portugal Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:  
Acção Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

**Acção Socialista**  
Órgão Oficial do Partido Socialista  
Propriedade do Partido Socialista  
Director  
**Fernando de Sousa**  
Director-adjunto  
**José Manuel Viegas**  
Redacção  
**J.C. Castelo Branco**  
**Mary Rodrigues**  
Colaboração  
**Rui Perdigão**  
Secretariado  
**Sandra Anjos**  
Paginação electrónica  
**Francisco Sandoval**  
Edição electrónica  
**Joaquim Soares**  
**José Raimundo**  
**Francisco Sandoval**

**Redacção**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo - 1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Administração e Expedição**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo - 1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido**  
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X  
**Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA  
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa  
**Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz

